

SESSÕES DO PLENÁRIO

65ª Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 01 de julho de 2008.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO
1º SECRETÁRIO: DEP. ELIEDSON FERREIRA “AD HOC”
2º SECRETÁRIO: DEP. JOÉLCIO MARTINS “AD HOC”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Antônia Pedrosa, Arthur Oliveira Maia, Bira Coroa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Edson Pimenta, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Fábio Santana, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J.Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luiz Augusto, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Neusa Cadore, Paulo Câmera, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Roberto Muniz, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé neto. (48).

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Eliedson Ferreira, procede à leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Dep. Virgínia Hagge, comunicando sua ausência na sessão do dia 05/06/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Isaac Cunha, comunicando sua ausência na sessão do dia 02/06/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Ferreira Ottomar, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 02, 03, 07, 17 e 28/04/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Da Dep. Ângela Sousa, comunicando sua ausência na sessão do dia 02/06/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Euclides Fernandes, comunicando sua ausência na sessão do dia 16/06/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Ferreira Ottomar, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 06, 10, 17, 18, 19, 27 e 31/03/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais presentes na Assembléia Legislativa, servidores do Judiciário, hoje estamos realizando esta sessão, onde existe a possibilidade de aprovação de vários projetos, e o projeto do Judiciário ainda se encontra numa situação de impasse.

É importante que se busque intensificar esse debate junto com as secretarias, o governo e o Judiciário, para que se encontre um entendimento no sentido de viabilizar a votação. Evidentemente, essa é uma questão polêmica, pois existem estudos, tanto do Executivo quanto do Judiciário que são contraditórios e precisa se chegar a um denominador comum para que o projeto possa ir a votação.

Quanto a votar o projeto do Judiciário, não existe nenhuma dificuldade, a dificuldade se encontra em se achar um denominador comum para essa polêmica e para essa situação que se encontra hoje no debate sobre o projeto, porque, se de um lado os técnicos do Judiciário demonstram que não há problemas em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, do outro lado, a posição oficial do governo é de que, a partir de 2009 e 2010, já estaria ferindo essa lei. Portanto, é importante que se chegue a um denominador comum, com os técnicos do governo e do Judiciário, para que se possa viabilizar a votação desse projeto.

É importante aprofundar esse debate e esgotar todos os argumentos, todas as possibilidades para que esse projeto seja votado ainda hoje, se possível, a depender de um acordo que seja feito entre os dois Poderes, porque a preocupação do governo vem no sentido de o Estado não ficar inadimplente, tendo em vista que essa inadimplência geraria conseqüências graves para a população, o que é uma preocupação justa e para isso é preciso que os técnicos, o governo, o Executivo e também o Judiciário cheguem a um denominador comum.

Hoje é um dia importante, está sendo travado esse debate, essa discussão, e é importante que ela chegue a um consenso porque a votação do projeto do Judiciário tem como objetivo valorizar o funcionalismo. Entendo que é importante melhorar as condições salariais e as condições de trabalho dos servidores para que tenhamos realmente um Judiciário eficiente, cada vez melhor. Não podemos ter uma justiça eficiente sem a valorização do seu quadro funcional. Isso é impossível.

Portanto a valorização do funcionalismo é uma questão chave, indispensável em qualquer órgão, em qualquer empresa. É importante melhorar as condições de trabalho, as condições salariais.

Estamos aqui neste momento com esse movimento justo dos servidores, um movimento por melhoria salarial, pela aprovação de um projeto que reforma o plano de carreiras, é um projeto importante, justo e que precisa encontrar uma solução.

A nova Lei de Organização Judiciária foi um passo importante e nós não podemos ver a implementação dessa nova LOJ sem a implementação de propostas no sentido de valorizar o funcionalismo. Só dessa forma a nova Lei de Organização Judiciária terá eficiência, valorizando todo o quadro do Judiciário. Portanto esse é o esforço que temos que fazer aqui para viabilizar a a votação do projeto do Judiciário.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um requerimento sobre a Mesa assinado por mais de 21 Srs. Deputados.

“Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II do art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária a ser iniciada 2 minutos após o encerramento da presente, com o objetivo de apreciar os projetos de lei nº 17.263/2008 e 17.261/2008, ambos de autoria do Poder Executivo.”

Está convocada, portanto, a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho por 5 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, Galerias hoje novamente repletas de serventuários do Poder Judiciário da Bahia que vêm cobrar do governo um posicionamento claro acerca da votação do Plano de Cargos e Salários deles.

Quero aproveitar a presença de V. Ex^a, Sr. Presidente, neste momento, porque nos preocupou uma matéria publicada hoje por um dos grandes jornalistas do Estado baiano, o colunista e articulista baiano Samuel Celestino. Ele trata de uma situação que de uma certa forma constrange o Poder Legislativo baiano e quero, de uma forma clara, de V. Ex^a até porque é V. Ex^a que responde pelo Poder e atende as expectativas de todos nós, uma resposta a essas palavras: (lê) “*A cínica proposta da Assembléia Legislativa ao Judiciário.. Extrapola a insensatez, a desfaçatez, o cinismo e o desrespeito a proposta feita pela Assembléia Legislativa do Estado da Bahia aos servidores do Poder Judiciário.*”

Ele narra aqui a mudança de comportamento entre oposicionistas e governistas, mas principalmente trata da proposta de ampliação para 10 anos da execução do Plano de Cargos e Salários. Eu quero, de uma forma muito clara, Sr. Presidente, saber se de fato, e faço isso em nome da Bancada da Oposição até porque não fomos consultados em momento nenhum, e de uma certa forma a colocação do articulista compromete a todos os parlamentares da Casa, quero saber se de fato a Assembléia Legislativa através da Mesa

Diretora chegou a fazer alguma proposta aos servidores do Poder Judiciário, deputado Heraldo Rocha.

Nós não vamos aceitar, e aí por uma questão de brio próprio, ver uma colocação dura do jornalista Samuel Celestino, que é um homem respeitado e que goza do prestígio de todos nós, mas a forma como ele coloca dá a sensação de que a Assembléia Legislativa, com a parcimônia de todos os parlamentares, inclusive dos da Bancada da Oposição, chegaram a fazer alguma proposta aos servidores do Judiciário.

Digo isso porque até o momento a única proposta que a Bancada da Oposição fez, de forma clara neste Plenário, foi colocar à disposição dos deputados da Bancada do governo a possibilidade, deputado Heraldo Rocha, de assinar a dispensa de formalidades. Foi a única proposta que a Bancada da Oposição fez até o momento em relação ao projeto dos servidores do Judiciário. Se fizeram de outra forma e falam que foi a Assembléia, não foi a Oposição e quero de certa forma indagar a V. Ex^a, como presidente desta Casa e principal responsável pela condução dos trabalhos se houve de fato algum tipo de proposta feita pelo Poder Legislativo aos servidores do Poder Judiciário. Evidentemente, a Oposição quer saber e participar, ou não, de alguma proposta que seja apresentada no sentido de ajudar.

Quero, no primeiro momento, fazer essa indagação e V. Ex^a quando puder esclarecer de público, dizer se de fato houve algum acordo, deputado, deputado Waldenor, proposto pela Assembléia aos servidores do Judiciário baiano. O jornalista Samuel Celestino é duro nas suas colocações, chamando de desfaçatez e cinismo a proposta apresentada apresentada pela Assembléia Legislativa ao Judiciário baiano.

Então, quero aproveitar o momento, a oportunidade, mostrar o nosso total desconhecimento, se houve, e não quero crer, quero crer que não, presidente, deputado Marcelo Nilo, até porque V.Ex^a como um homem democrático, sabe que qualquer proposta que viesse da Assembléia deveria passar, pelo menos, pelo conhecimento da Bancada de Oposição, que se colocaria de forma muito clara acerca desse projeto.

Portanto, quero ao finalizar e de uma certa forma cobrar, primeiro o esclarecimento desta Casa sobre o tipo de proposta feita ou pelo menos anunciada aqui nos blogs da política baiana e evidentemente colocar e aproveitar, mais uma vez, o ensejo da presença do deputado Waldenor e novamente manifestar a nossa disposição em nome da Bancada de Oposição de assinarmos, quando o governo assim entender, à dispensa de formalidades para que possamos votar. Até porque a informação que nos chegou inclusive colocada pelo líder, deputado Waldenor, na semana retrasada, é a de que hoje estaria convocando seus pares da Base Governista para votar a LDO e caso isso ocorra haverá o impedimento legal. Só a partir do segundo semestre, a partir de agosto é que votaremos, mas de fato no primeiro momento quero ratificar o único posicionamento feito pela Bancada de Oposição até o momento que é dispensar as formalidades regimentais para hoje ainda, antes de fecharmos o período legislativo do primeiro semestre, votarmos por acordo o projeto de Plano de Cargos e Salários dos servidores do Poder Judiciário da Bahia, evitando e acabando com a greve que, evidentemente, vem comprometendo os serviços jurisdicionais de toda a população baiana, presidente, e indago para que V.Ex^a possa esclarecer.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra para o próximo orador, gostaria de informar ao deputado Gildásio Penedo que ao vir abrir a sessão, como de hábito, vi o comentário do jornalista Samuel Celestino, diga-se de passagem, um jornalista respeitado, que merece crédito, mas que não existe nenhuma proposta da Assembléia Legislativa.

A fonte dele desta vez falhou, porque não existe nenhuma proposta do Poder Legislativo. Esse projeto chegou aqui e no dia seguinte mandamos publicar no Diário Oficial. Tivemos o prazer de recebê-lo através da vice-presidente do Tribunal de Justiça. Correu o prazo regimental de emendas e no dia seguinte do vencimento do prazo o enviamos para as comissões. O projeto está no âmbito das comissões, portanto percorrendo todos os trâmites.

E quem fala pela Assembléia é o seu conjunto, os 63 deputados ou o seu presidente e nunca o presidente sentou com qualquer membro do sindicato ou do Poder Judiciário. Aliás, diga-se de passagem, conversamos com a presidente do Tribunal de Justiça, Desembargadora Sílvia Zarif, diversas vezes sobre este projeto e disse-lhe que o projeto está tendo sua tramitação normal, que para ir ao Plenário tem que ter a dispensa de formalidades e para ter a dispensa de formalidades é óbvio que tem que ter o acordo entre as bancadas que compõem o Parlamento.

Portanto, essa informação de que Assembléia fez qualquer proposta não procede, aliás, o presidente em nenhum momento fez qualquer proposta, porque para o presidente fazer uma proposta é necessário que tenha primeiro a anuência ou uma proposição dos líderes partidários ou da maioria do Parlamento e isso não ocorreu. Portanto, o jornalista Samuel Celestino, repito, um jornalista respeitado, sem dúvida nenhuma, um dos maiores jornalistas do Brasil, - mas essa informação que passaram para o jornalista não procede, porque o presidente da Assembléia, em nenhum momento, ou a Casa, em nenhum momento, fizeram qualquer negociação.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gildásio Penedo Filho. Só gostaria que fosse breve, por favor.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, eu fico satisfeito, não esperava outro posicionamento de V. Ex^a, até porque em momento algum a Bancada de Oposição foi consultada acerca dessa proposta. Mas, eu gostaria, até como sugestão, que V. Ex^a acionasse a assessoria de Imprensa da Casa, para que pudesse colocar isso de forma muito clara, até pela própria envergadura que tem o articulista político Dr. Samuel Celestino, de conhecimento amplo, para que, evidentemente, se possa fazer os esclarecimentos devidos e colocar a verdade na linha dos fatos, como V. Ex^a coloca neste momento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estamos providenciando uma correspondência para o jornalista Samuel Celestino informando os verdadeiros fatos que ocorreram e que ocorrem com relação a esse projeto do Judiciário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Eliedson Ferreira. (Pausa) Na ausência do deputado Eliedson Ferreira, com a palavra o deputado Bira Coroa. (Pausa) Na ausência do deputado Bira Coroa, com a palavra o deputado Elmar Nascimento, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante das explicações dadas por V.Ex^a, Sr. Presidente, ante a ponderação feita pelo Líder da Oposição, deputado Gildásio Penedo, o assunto ficaria até um pouco redundante. Mas, faço questão de manifestar aqui a posição, não só minha como das Bancadas do Partido da República e PSB, dos quais consultei todos os parlamentares, que eu tenho a honra de liderar aqui nesta Casa.

Causou-me estranheza, e eu sabia que não partiria nunca de V.Ex^a. V.Ex^a é a única pessoa que tem autorização nossa para falar em nome da Assembléia, e não faria qualquer proposta que pudesse prejudicar o direito dos funcionários do Judiciário. E disse a um jornalista que me ligou hoje pela manhã, porque conheço V. Ex^a, que nunca partiria de V.Ex^a uma proposta desse tipo.

Mas, quero, para que fique bem claro, deputado Gildásio, dizer que o requerimento de urgência que foi submetido a esta Casa na semana passada contou com a minha assinatura, junto com a de V.Ex^a e a do deputado Roberto Muniz para votação do Plano de Cargos e Salários dos servidores. Mais ainda, o requerimento para que se realizasse a sessão extraordinária, também proposta por V.Ex^a, não alcançou os 21 deputados necessários para a aprovação, mas, também contou com a minha assinatura.

Então, para que não fique dúvida nenhuma, eu já sabia, e me dou por satisfeito com as explicações dadas pelo presidente da Casa. A posição do nosso partido é no sentido de cumprir com os compromissos que nós assumimos com os servidores públicos. Nós estamos aqui ao lado dos servidores, estamos aqui para votar hoje, se for o caso, se houver requerimento de urgência eu assino de novo, se tiver requerimento de sessão extraordinária, eu assino de novo. (Palmas) O compromisso do Partido da República é com os servidores do Poder Judiciário. Também concordo com a opinião do jornalista e presidente da ABI, Samuel Celestino, de que não existe se propor dividir, se parcelar a aplicação do Plano de Cargos e Salários em 10 anos. Isso não existe. (Palmas) Prejudica os servidores e mesmo sendo membro da Bancada do governo eu quero dizer, e já manifestei isso diversas vezes da tribuna: quando tiver de decidir entre o governo e o povo, eu fico com o povo. E essa é a posição do nosso Partido.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, teleouvintes da TV-Assembléia, radioouvintes da Rádio Oposição, servidores do Poder Judiciário que nos honram com a presença, faço minhas as palavras do deputado Gildásio Penedo, nosso Líder da Minoria, e em nome da minha Bancada de 13 Srs. Deputados tenho

que dizer que a Oposição nesta Casa não é cínica, que a Oposição nesta Casa tem-se manifestado desde o primeiro momento a respeito do Plano de Cargos e Salários dos Servidores e Serventuários da Justiça. Na semana passada, apesar de as pessoas dizerem que não trabalhamos, visitei mais de dez municípios da Bahia, viajando de carro, de avião, e pude sentir como a população baiana..., particularmente a imprensa do interior nos questionava a respeito do Plano de Cargos e Salários do Judiciário. Em quase todas as entrevistas que demos no interior, apesar de estar participando de convenções e festejos juninos, os jornalistas e radialistas nos perguntavam qual era a postura da Assembléia Legislativa a respeito do Plano de Cargos e Salários do Judiciário. Respondíamos com muita serenidade, com muita tranquilidade...

Vou mais uma vez falar da incoerência deste governo. Quem fala por ele é a primeira dama. Haja vista a recente opinião da Sr^a Fátima na convenção de Lauro de Freitas. O governador não fala, quem fala é a primeira-dama. Ela precisa dar apoio ao Plano de Cargos e Salários. Na hora em que a Sr^a Fátima der apoio ao Plano de Cargos e Salários, a Bancada do governo vai votar a favor do projeto. É só ela dar o apoio. E aí eu peço às mulheres do Poder Judiciário que façam uma visita à Sr^a Fátima para ver se ela pode ser a madrinha deste projeto. Não há nenhuma incompetência, não há nenhuma falta de responsabilidade do Poder Judiciário. Primeiro, está dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso foi afirmação da presidenta do Tribunal, desembargadora Sílvia Zarif, numa correspondência que fez à chefe da Casa Civil. Segundo, está dentro do limite prudencial. Terceiro, foi discutido pelo Poder. Se os Poderes são harmônicos e independentes, a presidenta do Tribunal não tomaria uma atitude dessa contrariando a Lei de Responsabilidade Fiscal. Por último, o governo tem caixa. Gastou uma fortuna no São João. Por que não pode aprovar o Plano de Cargos e Salários dos Serventuários e Servidores da Justiça? Gasta uma fortuna em propaganda, e o secretário da Fazenda deste governo está mal.

Corri Itapetinga, Macarani, Maiquinique, Itambé, Itororó, Itajuípe, Laje, e o povo está reclamando, porque o governo ainda não chegou às bases municipais. Não há sequer uma intervenção. E o povo está se queixando de educação, de saúde, de segurança pública. A população está com medo deste governo. Quem tinha razão era o meu grande amigo, ex-líder político, cujo grupo represento, senador Antonio Carlos Magalhães: “O erro de um dia se paga em 4 anos.”. E nós o estamos pagando todo dia. Incoerência! Incoerência deste governo!

Por último, Sr. Presidente, queria, mais uma vez, parabenizá-lo pela postura de V.Ex^a que denuncia que isso não é verdade. Agora, não venham fazer o jogo com a Oposição. Não venham! A Oposição já se posicionou claramente. Há pouco, o deputado Elmar, Líder do PR, afirmava que sendo governo, apoiará o Plano de Cargos e Salários, porque ele sabe que *Vox populi vox dei* - a voz do povo é a voz de Deus.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente , Srs. Deputados, tive hoje, deputado Gildásio Penedo, a curiosidade de pesquisar os jornais que noticiaram a última greve dos serventuários da Justiça, quando houve a ocupação do Tribunal e os servidores e serventuários ficaram, salvo engano, lá durante 48 horas.

E olhem quem vejo na frente das fotos: o deputado Álvaro Gomes e a deputada Alice Portugal. Pensei até que eram servidores ou serventuários da Justiça. Será que é algum irmão gêmeo deles? E o que é que ocorre agora? Para atender ao governador e aos três prefeitos, ao governo oportunista, o deputado Álvaro Gomes rasga a sua história e, politicamente, dá as costas às reivindicações desse servidores e serventuários.

Querem que o plano seja posto em prática em 10 anos. Essa não foi, lógico, uma idéia da Assembléia Legislativa, Sr. Presidente. Ela deve ter saído da Bancada do governo, que é a única que tem autoridade para fazer uma proposta dessa.

Eles falam dos tempos tristes da Justiça baiana. Mas o governador e os seus três prefeitos desobedecem ao Judiciário, diminuem-no, não acatam as liminares dele, garganteiam no farol dos afogados que mandam no Judiciário baiano e têm interferência nele. E agora afrontam uma decisão da Mesa Diretora do Judiciário, porque não acredito que essa proposta tenha sido enviada à Assembléia Legislativa sem que tenha sido negociada com o Executivo. Eles confiam mais nas informações do secretário das Relações Institucionais do governo do que na palavra da desembargadora-presidente do Judiciário. É uma afronta que fazem ao Judiciário baiano, é uma afronta que Wagner faz à figura da desembargadora Sílvia Zarif, especialmente, e uma intromissão descabida de um poder em outro Poder.

Eles não dizem que estão com os cofres abarrotados de dinheiro? Não alardeiam, deputado Heraldo Rocha, que a arrecadação da Bahia cresce a índices estratosféricos? E na hora de remunerar bem os servidores e serventuários do Poder, que considero, dos três, o mais importante, rasgam seus compromissos e os discursos de campanha.

O deputado Álvaro Gomes e a deputada Alice Portugal, que vi nas fotos dos jornais ocupando o salão do Tribunal de Justiça, têm a obrigação de justificar por que antes eram a favor dos servidores e agora são contra eles.

E não me venha com desculpas, deputado Álvaro Gomes! Por que V.Ex^a não defendeu isso antes? “Ah, não defendi, porque não era deputado”. Então essa não é uma desculpa válida. Sei que o senhor é um estudioso dessas questões, um bravo e competente líder sindical, que sempre defendeu os bancários contra um poder muito maior, que é o dos banqueiros, mas hoje baixa a cabeça para as decisões do Jaques Wagner, conhecido, na imprensa do Sul do Brasil, como o governador e os seus três prefeitos.

É esta a prática nova que temos na política da Bahia: oportunismo político, desrespeito à Assembléia Legislativa e cabeça baixa diante das decisões do Executivo.

Infelizmente, com toda a sua lucidez, D. Fátima Mendonça ainda não voltou os seus olhos para a questão dos serventuários da Justiça. Com certeza, no dia em que dona Fátima Mendonça, Primeira-dama do Estado, a única pessoa lúcida que mora no Palácio de

Ondina, voltar as suas vistas para a questão dos serventuários da Justiça, tenho certeza que uma solução será encontrada. Enquanto isso, o PTN e a Oposição vão obstruir todas as votações até esse plano de cargos e salários entrar na ordem do dia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bira Coroa pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BIRA COROA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores e senhoras servidoras, senhores e senhoras serventuárias, em primeiro lugar, inscrevo-me nesta tribuna para fazer uso da palavra no sentido de parabenizar o Partido dos Trabalhadores e os partidos da base aliada e os partidos que constroem a democracia no Estado da Bahia pelas realizações, nos dois últimos finais de semana, de atividades de extrema importância para a afirmação de um projeto político em nível dos municípios. Quero, inclusive, parabenizar o deputado Isaac Cunha pela belíssima atividade que realizou com o Partido dos Trabalhadores, com o PV, o PCdoB e o PPS na cidade de Jequié, apresentando um plano político para o município e aprovando os candidatos a vereador dessa grande chapa e homologando a candidatura do nobre deputado a prefeito daquela cidade.

Ao longo dessas três semanas, percorri quase todas as regiões do Estado também acompanhando convenções em vários municípios, assim como vários outros deputados desta Casa também o fizeram. Mas quero destacar que algumas convenções mostram aspectos diferenciados, devidamente importantes. A convenção do PT e da base aliada do prefeito Luiz Carlos Caetano, em Camaçari, teve um destaque especial, a qual quero também retratar nesta Casa, assim como o conjunto de outros municípios, a exemplo de Rafael Jambeiro, em que a sociedade, contra toda a forma de repressão do governo atual daquele município, foi às ruas, os servidores públicos não tiveram medo e não se curvaram às repressões. E foram ao clube com mais de duas mil pessoas para consolidar a candidatura da futura prefeita do município de Rafael Jambeiro, Cibeli, que foi aclamada por todos, referendando mais uma vez a construção e o projeto político a partir das militâncias.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, esse momento para parabenizar a militância de todos os partidos que utilizaram o momento democrático de realização das suas convenções para, assim, restabelecer dentro da linha política projetos e propostas para a próxima eleição. A partir do dia 5 inicia-se o processo de campanha e no dia 5 de outubro consolida-se a escolha dos representantes dos municípios e também a composição das casas legislativas em nível das câmaras municipais.

Sr. Presidente, quero também destacar nesse momento o nosso posicionamento e ressaltar aqui alguns aspectos. É extremamente surpreendente como as pessoas mudam de posição e de lugar e depois tentam transferir esses contextos e essas responsabilidades. Quero inclusive aqui nesse momento, diante dos serventuários da Justiça, parabenizar o deputado Álvaro Gomes e a deputada Alice Portugal, porque estar presente a essas lutas não é novidade para os deputados que vêm desse contexto de base de luta. Novidade é

encontrar, neste Plenário, neste espaço de oratória, discursos que batem no vazio, porque eles tiveram, em dezesseis anos ou mais, a condição de realizar as transformações, mas não foram capazes disso, muito menos tiveram compromisso para tal realização.

Quero reafirmar o meu compromisso, como servidor público, de defender o Plano de Cargos e Salários como o único instrumento que dignifica e respeita o servidor, diferentemente da política posta em prática por eles, e aqui respaldada, de criar penduricalhos para tentar justificar ou complementar os baixos salários e, ao mesmo tempo, tirar o direito de regularidade e de autonomia dos servidores públicos.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA COROA:- Concluindo, Sr. Presidente, fico satisfeito por ver que tanta gente boa, tantos representantes da sociedade defendem essas causas e que cresce a fileira daqueles que saem em defesa dos interesses dos servidores públicos. Se essa posição tivesse sido tomada há alguns anos, com certeza esses servidores não precisariam entrar em greve, cobrando do novo governo uma transformação e uma mudança de condições, que foram criadas pelos governos anteriores por falta de compromisso com os funcionários públicos.

Estou na luta com vocês!

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores servidores e serventuários da Justiça, a política é considerada a arte de administrar o sonho das pessoas.

Faço essa introdução para chamar a atenção de todos sobre a importância do exercício da política, responsabilidade da prática política, especialmente por aqueles que são eleitos pelo povo para representá-lo nas casas legislativas e dizer aos senhores serventuários da Justiça aqui presentes que o nosso governo, desde o primeiro momento, está agindo dentro da coerência política e dos limites estabelecidos pela Constituição e pela Lei Complementar nº 101, ou seja, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Senhoras e senhores serventuários, profissionais do Tribunal de Justiça, são enormes os desafios que se apresentam para o nosso governo na perspectiva da construção de uma nova Bahia. Representa o maior, entre eles, sem dúvida nenhuma, a adoção, a realização de uma nova política de pessoal, pois assumimos o governo do Estado da Bahia recebendo como herança uma política de pessoal extremamente desfavorável aos interesses dos servidores públicos do nosso Estado. Ou seja, recebemos do governo anterior, por que não dizer dos governos anteriores, uma política de pessoal eivada de falhas, erros, que desmontou, desmantelou, desfez todos os planos de cargos e salários das diferentes categorias dos servidores públicos do nosso Estado. Recebemos como herança uma política

de pessoal que pagava a 68% do funcionalismo estadual um salário-base abaixo do salário mínimo.

A atual Bancada da Oposição, competente e guerreira, quando era Situação teve a coragem de aprovar uma lei que instituiu o pagamento a 68% dos servidores públicos do Estado da Bahia – ou seja, a mais de 150 mil trabalhadores – de um salário-base abaixo do salário mínimo! O nosso governo já anulou essa afronta, essa decisão perversa.

Mas não é só isso. Além do aviltamento salarial e do desmonte dos planos de cargos e salários dos servidores estaduais, os governos apoiados pela atual Oposição foram responsáveis pela adoção de formas alternativas de suprimento de pessoal, todas elas inconstitucionais: utilização exagerada de estagiários; contratações através do famigerado REDA, sem seleção pública; contratações exorbitantes de empresas para a terceirização de serviços. Tudo isso por tempo determinado, mas se repetindo indeterminadamente, ferindo, assim, as Constituições brasileira e baiana! Desse modo o funcionalismo ficou desmotivado e desiludido, o que prejudicou enormemente a qualidade dos serviços públicos prestados pelo Estado da Bahia. E esse tratamento desrespeitoso e desmoralizante foi dado pelos governos de então, apoiados pelos oposicionistas de hoje.

Este foi o quadro recebido pelo governo Jaques Wagner no dia 1º de janeiro de 2007: arrocho salarial; salários abaixo do salário mínimo; desmonte e dismantelamento dos planos de cargos e salários; suprimento de pessoal de forma inconstitucional.

O nosso governo está, paulatina e progressivamente, valorizando as carreiras dos servidores públicos do Estado através de um tratamento setorial, visando a recuperação dos planos de cargos e salários. Seria impossível, Sr^{as} e Srs. Serventuários, em 1 ano e meio de governo compensar o descaso dispensado ao funcionalismo estadual durante quase 40 anos.

O nosso governo, desde o primeiro momento, de forma ponderada, de forma séria, de forma competente, de forma transparente, está dialogando com o sindicato dos serventuários, na perspectiva de encontrar uma solução para o justo pleito, é importante que se diga.

Em nenhum momento, nenhum deputado da Situação subiu a esta tribuna, ou foi a reuniões particulares com a associação, para se posicionar contra a aprovação de qualquer que fosse o projeto que venha a beneficiar os servidores públicos do Estado da Bahia dos diferentes poderes, do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública.

Nós somos deputados forjados na tradição do movimento social e do movimento popular. O companheiro Álvaro Gomes, que há pouco foi atacado por um deputado da Oposição, é um dos mais brilhantes desta Casa Legislativa, é um dos deputados da base do governo mais comprometidos com o movimento sindical, com o movimento social e com o movimento popular. Nunca se negou ao diálogo, ao debate franco, sincero, transparente, a respeito dos problemas que afligem os servidores públicos do nosso Estado. Tanto é que está participando ativamente das negociações, das conversas, dos diálogos, na perspectiva do bom entendimento.

Desde o primeiro momento, eu, como Líder do governo nesta Casa, anunciei nesta tribuna que o nosso governo aprovaria, e quero repetir, aprovará qualquer projeto que esteja

dentro dos limites constitucionais. Assumi a posição em nome do governo. Quero reafirmar que a posição do governo Jaques Wagner é de aprovar o projeto dos servidores do Tribunal de Justiça, desde que em compatibilidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma lei complementar à Constituição Federal. Lei nº 101, lei complementar à Constituição, que estabelece limites não só para o Poder Judiciário, estabelece limites para o Poder Executivo para o Poder Legislativo e para o Ministério Público.

É importante que os serventuários tenham a informação de que se o governo prevaricar, se o limite for extrapolado, o nosso governo, como qualquer outro governo das unidades da Federação brasileira, se extrapolarem o limite estarão penalizados, por exemplo, com a impossibilidade de contratação de operações de crédito internacionais e de repactuação da dívida pública interna do Estado com o Banco Central do Brasil.

Esta lei foi aprovada no ano 2000. Ela não foi aprovada pelo governo Lula, ela foi aprovada no ano 2000, que estabelece limites constitucionais para destinação de despesas com pessoal.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Está inscrito, nobre deputado. Portanto, queremos mais uma vez, de forma ponderada, de forma coerente, aceitar o debate. Não temos receio do debate, por mais aprofundado que ele necessite ser. Não temos dificuldades para apresentar argumentos a respeito dessa matéria, mas não podemos prevaricar. Tanto é que o estudo realizado pela Secretaria da Fazenda, Srs. Deputados, concluiu que a partir do ano de 2010, 2011 e 2012, a partir de 2010, se aprovado o projeto, como estava inicialmente apresentado na Assembléia Legislativa, ultrapassaria o limite.

Aqui estão os dados. Em 2008, alcançaria 5,68%. Portanto, dentro do limite prudencial. Em 2009, 5,84%. Dentro do limite máximo, mas acima do limite prudencial. Em 2010, 6,29%. Em 2011, 6,7%. Em 2012, 7,04%, e em 2013, 7,33%. Esses cálculos foram apresentados ao Ipraj, foram apresentados aos sindicatos. Tanto é, Srs. Deputados, que no dia de ontem, à noite, o Tribunal de Justiça apresentou uma nova proposta para adequar o projeto dentro dos limites constitucionais. Para mostrar que apesar da legitimidade do pleito, da justa inquietação dos serventuários, que legitimamente reivindicam por melhores salários, da parte do Poder Executivo e do próprio Poder Judiciário, exige a ponderação, para se adequar dentro dos limites da lei. A prevaricação envolve penalidades para o Poder Executivo, a lei é clara.

Em nenhum momento, o governo Jaques Wagner colocou-se contrariamente. Em todos os momentos, inclusive nesta tribuna, temos apresentado de forma ponderada, de forma respeitosa, que se o projeto estiver dentro dos limites que a lei estabelece, não teremos dificuldade em aprová-lo. Estou com a palavra do governo para afirmar categoricamente essa decisão.

Todavia, a contraproposta apresentada pelo Tribunal de Justiça, reconhecendo que o cálculo anterior extrapolava os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, chegou ao governo ontem à noite. Foi a informação que recebi.

Hoje, pela manhã, o secretário de relações institucionais realizou uma reunião com o sindicato apresentando as ponderações do Poder Executivo e assumiu o compromisso. - Eu

quero reafirmar aqui - que na primeira votação dos meses de agosto e setembro estaremos votando regularmente. Quero assegurar aos serventuários, porque, infelizmente, não sei qual a fonte, muitos na tentativa de criar dificuldades no diálogo, no relacionamento entre o Poder Executivo, esta Casa Legislativa e os serventuários, passam informações que não são procedentes, informam sobre notícias equivocadas.

É claro que por se tratar de um período atípico, um período de eleição, vamos concentrar as votações, em vez de semanais, quinzenalmente. Vamos fazer uma força-tarefa: para cada quinzena votarmos os projetos de interesse do Poder Executivo, do Poder Judiciário e dos demais poderes, inclusive projetos de iniciativa da própria Casa, se for o caso: projetos de resolução ou projetos de autoria dos deputados.

O governo está assumindo compromisso de que a primeira votação do mês de agosto será a do projeto de Planos de Cargos e Salários dos serventuários da Justiça. Naturalmente, quero repetir com muita firmeza, com muita determinação, sem proselitismo, porque fazemos política com responsabilidade. Até porque, repito, a política é a arte de administrar os sonhos das pessoas. A gente não pode brincar com os sonhos, com as utopias, com as esperanças das pessoas. Estamos assumindo o compromisso de que na primeira quinzena do mês de agosto, estaremos apreciando, votando e aprovando o projeto de lei do serventuário, naturalmente, dentro dos limites constitucionais. Não será aprovado, como já afirmamos desde o primeiro momento, nenhum projeto nesta Casa que prevarique, que vá de encontro à lei, que extrapole os limites estabelecidos pela constituição.

Portanto, eu queria me dirigir especialmente aos serventuários, até porque nestes últimos dias, como líder do governo, tenho sido alvo de muitas interpretações equivocadas, de muitas considerações improcedentes, tenho recebido muitos e-mails que não correspondem à realidade. Respondi aos e-mails, coloquei-me à disposição das pessoas para o diálogo franco, aberto, pessoalmente ou por telefone.

Em Vitória da Conquista, a minha cidade, onde resido, coloquei-me à disposição dos serventuários para esclarecimentos, para reunião. E quero, mais uma vez, colocar-me à disposição deles para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Nós da Bancada do governo, da Bancada da Situação não somos contrários ao projeto de interesse das senhoras e dos senhores. Somos, pelo contrário, favoráveis ao projeto e, desde o primeiro momento, estamos afirmando isso categoricamente. Vamos aprová-lo no momento certo, adequado, com a responsabilidade que envolve o Poder Executivo do Estado da Bahia, diferentemente daqueles que fazem discursos para a galera com proselitismo, muito mais interessados em ser aplaudidos por Vossas Senhorias e, de forma, muitas vezes, açodada, apressada, tomando decisões que não são as mais recomendáveis.

O nosso governo é, de fato, sim, um governo republicano, transparente, é, enfim, um governo do diálogo em que até a primeira-dama fala, porque nos governos anteriores as primeiras-damas não eram nem conhecidas. Elas não só não falavam mas também nem sequer se sabia quem eram. No nosso governo, repito, até a primeira-dama fala e fala muito bem, diferentemente dos governos anteriores em que não se sabia nem quem eram as primeiras-damas.

Então se trata de um governo diferente, sério, ponderado, de um governo que tem, naturalmente, a responsabilidade de tratar a coisa pública com o respeito, o cuidado, a minúcia, o detalhe que deve merecer a administração pública do Estado da Bahia.

Os senhores serventuários e as senhoras serventuárias podem estar seguros de que o nosso governo, a nossa Bancada, a Bancada da Situação desta Casa Legislativa, estarão do lado de vossas senhorias, diferentemente daqueles que tiveram um longo período - décadas, anos e anos - para ou elaborar, ou aprovar ou recuperar ou reestruturar os planos de cargos e salários dos servidores públicos e não o fizeram. Tiveram todas as oportunidades e não atentaram para a justa reivindicação, o justo pleito dos senhores servidores públicos do nosso Estado.

Por isso, senhoras e senhores, de forma bastante ponderada, calma, tranqüila, sem nenhuma perturbação - mesmo com o comportamento muitas vezes arredo e inquieto dos parlamentares da Oposição - queremos prestar esses esclarecimentos, essas informações e fazer essas considerações a respeito desse grande desafio que representa para o nosso governo assim como para qualquer outro governo que não fosse o nosso - instalar, adotar e pôr em prática uma política de pessoal que respeite o ser humano, que tenha como alvo o social, que seja capaz de motivar os nossos servidores a melhorar os serviços na Educação, na saúde, na Assistência Social, na Justiça e até no próprio Poder Legislativo.

Reconhecemos que o salário dos servidores públicos do Estado da Bahia estão aviltados, que, ainda hoje, 68% dos nossos servidores percebem salário mínimo, que é o salário-base recebido por eles. Por isso, senhoras e senhores serventuários, após a realização dos entendimentos que estão sendo desenvolvidos, com a participação do sindicato, do Ipraj, do grupo de trabalho criado pelo o governo, com a representação da Secretaria da Administração e da Secretaria da Fazenda, haveremos de aprovar esse plano de cargos e salários, que, sem dúvida nenhuma, representa um fator importante de motivação, um vetor imprescindível para que o Poder Judiciário da Bahia possa prestar serviços de melhor qualidade e permitir o acesso a um número maior de baianos à Justiça, porque defendemos, sim, a melhoria da eficiência do Poder Judiciário, seja através da motivação salarial, seja através da qualificação, de melhores condições de trabalho ou de uma melhor estruturação do ponto de vista do número de juizes, desembargadores e também de serventuários.

A Bahia clama por uma Justiça mais ágil, um acesso mais rápido e mais célere à Justiça, clama que processos sejam julgados rapidamente, tento em vista que nosso Estado ainda convive com muita pobreza, com os piores indicadores sociais do Brasil. Ainda somos, infelizmente, um dos maiores violadores dos direitos humanos do Brasil, por convivemos com esses péssimos e perversos indicadores sociais. Somos campeões nacionais do analfabetismo, da pobreza e do desemprego, o segundo Estado com maior déficit em habitação, convivemos com doenças que já foram controladas ou, no mínimo, amenizadas em outros Estados. E todos esses indicadores sociais repercutem direta e frontalmente nas condições da violência em nosso Estado, naturalmente, mostrando a necessidade de ampliação do acesso à Justiça, uma Justiça motivada, de juizes, desembargadores e serventuários satisfeitos com suas condições de trabalho e salários.

Quero, portanto, na condição de Líder do governo nesta Casa Legislativa, ponderar e pedir ponderação a todos os senhores serventuários e serventuárias da Justiça no sentido de que, recebida a contraproposta no dia de ontem, o governo está realizando os estudos e vai garantir que, na primeira votação do mês de agosto, pode ser até antes, logo após o recesso, estaremos aprovando o Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciários do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao representante do PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falaremos, durante 5 minutos, respectivamente, o deputado Zé Neto e eu.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao deputado Zé Neto, que seria um bom prefeito para Feira de Santana, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Primeiro, boa-tarde a todos, companheiros e companheiros de Plenário, deputados e deputadas, minha fala é exatamente para o pessoal da Justiça. Quero me colocar, até com autoridade, porque sou advogado, estagiei nos fóruns, tanto em Salvador como em Feira, e sei exatamente das dificuldades que a Justiça passa. Não foi à toa que, como deputado presidente da Comissão de Constituição e Justiça, caminhei 8 meses para entregar, depois de 29 anos, com todo apoio do governo estadual, do governador, desta Casa, inclusive quero registrar que todos apoiaram, foram 8 meses de um debate sério sobre a Lei de Organização Judiciária, e entregamos à Justiça um instrumento para começar uma reformulação sincera na sua estrutura, e não foi só isso. A única categoria que tem URV é o Judiciário, para o que tiveram todo nosso apoio, antes e depois do governo. Eu me lembro qual era o tratamento dado pelo governo Paulo Souto, que nem sequer nos recebia, e eu era um dos interlocutores. Depois, nós conseguimos, e vocês são a única categoria que têm URV na Bahia.

Estou muito à vontade, quero passar para vocês que eu, como presidente da Comissão de Constituição e Justiça, recebi o projeto de vocês no dia 03/06/2008, e não tinha como mexer no projeto. Ouvi nos corredores alguém dizendo: Zé Neto é traidor, não votou! Eu não tinha como mexer no projeto, porque a data-limite para entrega de emendas foi o dia 16/06/2008, quando vocês entraram em greve. Como é que faríamos o debate? Desafio qualquer um, de qualquer sindicato, que esteve comigo, alguma vez, a chamar para algum debate, alguma discussão, alguma situação que fosse para dialogar com o Estado. Este governo não se fecha ao diálogo, nunca se fechou. Ainda hoje pela manhã estive discutindo o Economia Solidária; também já discutimos aqui a CGE, a LOJ e todas as outras questões.

Mas como os nós parlamentares desta Casa poderíamos dar uma resposta se não tínhamos os número nem havíamos feito ainda uma discussão com o Estado?

O Tribunal tem e sempre teve o nosso apoio; a Dr^a Sílvia tem o nosso respeito. Entretanto cheguei a ouvir pelos corredores desta Casa que eu estava fazendo corpo mole porque Sérgio Carneiro é primo dela. Ora, é uma conversa totalmente desconexa.

Apoiamos o Executivo e também o Judiciário. Trabalhamos para que os três Poderes, pela primeira vez na história da Bahia, trabalhem harmonicamente para a melhoria das condições de vida do nosso povo.

Reafirmo que é uma pena a companheira Zezé, que sempre teve o meu respeito – com Augusto mantenho apenas contato institucional –, não compreenda, talvez, a dimensão e a importância de haver nesta Casa parlamentares de Esquerda – como eu, Waldenor, Álvaro, Bira e tantos outros – para dialogar.

O diálogo conosco não foi feito como deveria. Mas continuarei trabalhando, haja vista a minha atuação ao lado da categoria de vocês durante toda a minha vida profissional. Não sei até quando serei deputado, no entanto tenho certeza de que sou advogado e cidadão baiano. E aproveito para dizer que fiquei muito triste quando passei por um desses corredores e fui agredido, porque achavam que não queríamos voltar.

Na minha cidade, as minhas companheiras e companheiros sempre foram respeitados por mim. E continuarei a agir desse modo, tendo em vista que fui criado dentro daquele fórum e tenho amor pela minha profissão. Mas reafirmo que é muito triste quando vemos um projeto chegar a esta Casa sem o necessário debate prévio.

Essa discussão só está ocorrendo agora. Estamos fazendo neste momento o que deveríamos ter feito antes da greve, ou seja, dialogar com os números nas mãos, com informações do Executivo e do próprio Judiciário. Só agora colocamos a bola onde ela deveria estar, antes da greve.

Sempre fui um bom grevista, mas também sempre fui um bom negociador, pois a greve deve ser o último instrumento da luta. Só assim se avança com toda a legitimidade. Esta greve é legítima? É. Toda greve de trabalhador é legítima. Mas vamos aproveitar para resgatar do tempo perdido.

Tenho certeza de que vocês terão o apoio desta Casa. A atual Bancada governista não se fecha como acontecia antes. Só que agora a Bancada da Oposição fica dizendo que temos de votar a todo custo. Ora, devemos travar esta discussão com responsabilidade. De minha parte, quero dizer, de coração, que não há estado de direito sem o Judiciário motivado...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Deputado Zé Neto, gostaria de incorporar os 5 minutos do deputado Álvaro Gomes ao seu tempo.

O Sr. ZÉ NETO:- (...) forte e altivo. Como já falei com o meu amigo desembargador Cintra e com a Dr^a Sílvia, presidente do Tribunal, desde a LOJ queríamos debater a questão salarial e o plano de carreira. Entretanto não dava para fazer tudo de vez.

Mas também há um outro aspecto que devemos tratar. Estamos com 5,7% e temos que chegar a 6, que é o limite prudencial estabelecido no art. 316 da LOJ e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Está muito claro neste art. 316 da LOJ: “As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações consignadas ao Poder Judiciário nos próximos Orçamentos do Estado,

não admitindo qualquer acréscimo de despesas com pessoal acima dos limites de 6% previsto no art. 20, inciso II, alínea b, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esse tema deve ser tratado, porque temos as discussões do tamanho do IPRAJ, das gratificações dentro do Judiciário e sobre os cartórios extrajudiciais, que são assuntos que dizem respeito ao Poder Judiciário, mas nós, a população, a sociedade e a classe política, também devemos ater-nos a esse debate, porque sem ele não avançaremos no que queremos e não concluiremos o grande projeto que este governo deu condições para ser realizado, porque os outros seguravam aqui, na Casa, e nada ia para algum lugar. A LOJ é uma realidade que deve ser concretizada, porém, antes de tudo, com vocês, funcionários públicos, tendo de nós o respeito, e tendo a motivação para exercer a profissão.

Aqui, não somos apenas cidadãos. Temos a responsabilidade de legisladores. A de vocês não é a única categoria que encontramos precisando do alento de um Plano de Cargos e Salários. Todas as categorias estão, hoje, com o mesmo problema, as categorias do Executivo, porque estamos tratando agora da categoria do Judiciário, que de nós tem o respeito de trabalhar com os recursos...

Waldenor já disse o que pensa, eu já disse o que penso. E o governador, no sábado passado, quando estive com ele, disse: “Para mim, é sentar, fazer os estudos e o que for possível faremos Zé Neto, porque essa categoria, como todas as outras, mas essa em especial, tem de nós uma afinidade muito importante, que é a de fazer com que o Estado de Direito na Bahia...”

Aliás, o Estado de Direito é um estado que há muito tempo foi esquecido. Encontramos a Bahia seguindo a máxima: “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”. E vocês bem lembram dos ares que o Tribunal respirava antes, que não eram, naquele momento, os ares que sintonizavam com os interesses de vocês. Hoje, podemos dizer que há um Tribunal soberano, um Poder Legislativo forte e um Poder Executivo que inverteu a situação que encontrou na Bahia. Hoje, acabou o manda quem pode e obedece quem tem juízo. Hoje, organiza quem pode, participa quem tem consciência. E é nesse tom que vamos fazer com essa categoria o que já estamos fazendo com as outras.

É bom lembrar que, no Executivo, todas as categorias estão discutindo, em mesa permanente de negociação, com o governo do Estado as suas situações. É assim com a saúde, com a educação, tem sido assim com a Secretaria da Fazenda. Infelizmente, não podíamos fazer isso com a categoria do Judiciário, porque não compete ao Executivo intrometer-se no Poder Judiciário. Mas, no que tange a recursos e ao diálogo franco, podem ter certeza que estamos dispostos.

Desde o começo reclamei apenas de uma coisa: por que não nos procuraram antes para fazer o diálogo, para fazer o debate, porque aqui, especialmente de mim, vocês têm o respeito e, podem confiar, o respaldo de uma história de vida construída no movimento social, especialmente com os serventuários da Justiça.

Estamos do lado de vocês para resolver a demanda. Há os limites, mas temos os números na mesa agora, e as coisas estão caminhando num processo que, tenho certeza,

resultará no encontro de um ponto de convergência, um ponto de harmonia que nos leve à melhoria da condição de trabalho dessa categoria tão importante para a Bahia.

(Não foi revisto pelo orador).

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PMN para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarão os deputados Álvaro Gomes e Getúlio Ubiratan, por 5 minutos cada.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, no final de semana o nosso partido realizou convenções em dezenas de cidades do interior, apresentando suas propostas, suas alternativas. E, sem dúvida alguma, a expectativa é que o nosso partido o Partido Comunista do Brasil, terá um grande crescimento nesse processo eleitoral. Destacamos 40 candidaturas a prefeito aproximadamente. Ainda é um levantamento preliminar, mas esse número pode aumentar ou diminuir. Há algumas questões pendentes, não temos o levantamento completo - há cerca de trinta candidatos a vice-prefeito, centenas de candidatos a vereador em todo Estado da Bahia. Portanto, nosso partido, que está organizado em 360 municípios, participa desse processo eleitoral com muita força, com muita disposição, na perspectiva de aumentar a sua intervenção em todo o Estado da Bahia. Queremos destacar, entre as diversas candidaturas a prefeito, a do nosso camarada Pedro Marcelino, em Alagoinhas.

O Sr. Getúlio Ubiratan:- Ganhou Prado também, não foi deputado?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Prado e mais 40 cidades onde estamos lançando candidatos.

Em Alagoinhas, estive presente na convenção, que reúne 15 partidos políticos. Foi uma convenção vitoriosa, e a empolgação da militância nos deixa com bastante otimismo de que aquele município será governado pelas forças progressistas, populares, “forças vermelhas”. Há possibilidade de Pedro Marcelino governar Alagoinhas, que é uma cidade importante, com grande potencial econômico, principalmente comercial para servir sua população. Nessa cidade onde lançamos a nossa candidatura esperamos uma grande vitória.

Outra cidade importante, estratégica, onde também temos grande possibilidade de vitória, é exatamente Juazeiro. Em Juazeiro, o candidato do PC do B é Isaac da Juagro. É uma candidatura que tem cada vez mais se fortalecido, cada vez mais tem ganhado adeptos, e sem dúvida alguma teremos uma administração competente, progressista, popular, que virá a promover o desenvolvimento daquela cidade.

Queremos destacar essas duas como cidades importantes para o nosso partido, onde temos possibilidade real de vitória. Não foi possível o apoio do Partido dos Trabalhadores nessas duas cidades, contudo mais na frente esperamos que esse partido venha apoiar nossas candidaturas, entendendo que essas são as melhores alternativas.

Estamos saindo desse processo de realização de convenções numa situação bastante positiva. O nosso partido, sem dúvida alguma, este ano concorrerá a pleitos municipais e elegerá vários prefeitos, dezenas de vereadores, para que possamos realmente construir esse projeto progressista e popular. Nosso partido foi fundado em 1922 e teve momentos em que sequer participou do processo eleitoral, atravessou vários momentos, na maior parte de sua existência viveu na clandestinidade, mas neste momento vive uma situação de crescimento bastante positiva no Estado da Bahia e em todo o Brasil.

Portanto, vamos partir firmes para a construção do projeto progressista e popular. O nosso partido é uma alternativa política e assim se coloca para as prefeituras, se colocará para os governos estaduais e para o nosso País.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao nobre deputado Getúlio Ubiratan pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, estou afônico pela caminhada forte do final de semana, como tenho feito e registrado aqui nesta Casa desde o início do nosso mandato, modificando a história de que deputado eleito no Extremo Sul apenas comparece para dar satisfação ao seu eleitor de quatro em quatro anos.

Nesse último final de semana, presidente Fernando Torres, tivemos uma verdadeira andança no Extremo-Sul, acompanhando, como sempre digo, a festa da democracia, que depende do respeito a todo segmento, de apoio ou não. Costumo sempre dizer nas minhas andanças que sou um deputado de quem votou e de quem não votou no Getúlio Ubiratan, a bem, logicamente, do nosso Estado da Bahia.

Estivemos lá no Extremo-Sul participando das convenções de Ibirapuã, onde o prefeito Calixto detém hoje, Sr. Presidente, de um dos maiores índices que um prefeito brasileiro está conseguindo na atual gestão. Repare só que uma pesquisa realizada, a última, do final de semana, atestou que o prefeito Calixto teve exatamente 90,5% de aprovação no seu município. Ele não vem para a reeleição, não, porque já completa oito anos do seu mandato, mas estaremos apoiando o seu candidato, que vai ser Edvaldo.

Estivemos no município de Medeiros Neto, que definiu a candidatura do ex-prefeito Beto Pinto, a quem estaremos apoiando também. Participei, ainda, da convenção do município de Vereda, que vai definir, com certeza, a reeleição de outro bom prefeito, aprovado pelo povo, que é o Adalberto Nonato. Já no Prado, estaremos enfileirados e participando junto ao PCdoB na campanha vitoriosa do candidato Jonga, ex-secretário da Saúde daquele município.

Em Caravelas, vai ser a campanha do tostão contra o milhão, porque lá estaremos apoiando a humildade, a simplicidade do vereador Loló na sua caminhada como prefeito na cidade de Caravelas. E faço um comentário a respeito de Caravelas, porque até se entendia que o deputado Getúlio Ubiratan seria candidato a prefeito daquele município. Desfiz isso na convenção do último domingo, porque fui eleito para ser deputado estadual, consagrado nas urnas da minha região do Extremo-Sul para modificar, reitero, o panorama de que

deputado tão-somente aparece no seu reduto de quatro em quatro anos e não dá a merecida atenção para a sua comunidade.

Estamos, como sempre digo, muito distante da nossa capital, a mais de mil quilômetros. Mas faço questão, Sr. Presidente, desde o início do nosso mandato, de ficar de segunda a quinta-feiras aqui na Assembléia, quinta à noite, sexta, sábado e domingo na nossa região. Não é só comparecer nas comunidades para dar satisfação, mas também ouvir as reivindicações, e aqui comparecendo, brigando, como sempre falei, Sr. Presidente. Disse ao governador Jaques Wagner que durante o nosso mandato seríamos grudentos, chicletes, para cobrar as reivindicações da população do Extremo-Sul baiano.

Agora, na quinta-feira, o governador Jaques Wagner retorna, Sr. Presidente, à nossa região do Extremo Sul. E para finalizar, a nossa capital do Extremo Sul, a cidade de Teixeira de Freitas, ali o governador do Estado estará participando de importantes inaugurações, fruto também das reivindicações que trouxemos para esta Casa. Ali será inaugurada a via de (lê) *“Acesso à Grandene; da UTI Neo-Natal; de 03 (três) novas salas de cirurgia; do CEO – Centro de Especialidade Odontológicas; da Assinatura de Ordem de Serviço SES – Recursos do PAC; da assinatura de autorização de implantação de 02 (dois) Centro Digitais de Cidadania na Associação Cultural da Paz; da entrega de viatura ao 10º Grupamento Militar do Corpo de Bombeiros...”*, que vai servir para a reativação do aeroporto de Teixeira de Freitas e Caravelas no valor de 1 milhão e 100 mil reais.

(Lê) *“(...) bem como de anúncios da construção de quadra poliesportiva no estádio municipal Roberto Pereira de Almeida no bairro São José; da construção de piscina semi-olímpica no mesmo estádio; do projeto de sinalização do município e da urbanização e assentamento precário no bairro da Liberdade I.”*

Portanto, compromisso ativo do deputado Getúlio Ubiratan desde o início do seu mandato e dando satisfação na próxima quinta-feira, Sr. Presidente, quando ali estaremos chegando junto com o nosso governador Jaques Wagner.

Muito obrigado pela tolerância e compreensão pelo excesso do nosso tempo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o Líder da Minoria ou representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos .

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de cinco minutos o deputado Heraldo Rocha e por 5 minutos também usarei da palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até cinco minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da TV Assembléia, radioouvintes da Rádio Oposição, companheiros que nos honram com a presença nesta sessão.

Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de parabenizá-lo pelo apoio que deu ao futuro prefeito de Feira de Santana, o nosso colega Tarcízio Pimenta. V.Ex^a mais uma vez com a sua posição e postura mostra coerência como político, mas os seus não degenera. V.Ex^a é filho de um grande companheiro que foi deputado aqui conosco no meu primeiro

mandato, o deputado Osmar Torres, queria parabenizá-lo. E como eu disse no discurso passado, a voz do povo é a voz de Deus, e V.Ex^a ouviu a voz do povo.

Sr. Presidente, há pouco lia o editorial do jornal *A Tarde*, à respeito da situação de insegurança que vive o povo da Bahia, e essa reclamação nos tem sido feita pelos nossos correligionários do interior do Estado da Bahia.

A situação da segurança pública no nosso Estado é gravíssima, e o Exm^o Sr. Governador não se manifesta quanto a essa situação, mas manifesta-se para apoiar três candidatos em Salvador, ir a três convenções.

A Tarde hoje faz um editorial: Polícia acuada.

(Lê) *“Reportagens recentes deste jornal evidenciam a precariedade com que o Estado cuida do dever de casa, que consiste em oferecer condições minimamente satisfatórias para que os agentes policiais possam desempenhá-lo a contento. Reina entre eles a síndrome do pânico, a que se juntam estados quase permanentes de depressão e alcoolismo.*

Quando esses fatores não se conjugam, perdura um sentimento geral de angústia. O agente da Polícia Militar (PM) não suporta a pressão diária da atividade e o medo de tombar, a qualquer instante, vítima da criminalidade. O PM Reginaldo Pereira Silva, de 37 anos, foi o 17º soldado assassinado este ano na Bahia. Integrante do Batalhão de Guarda, abateram-no a tiros, anteontem, em Pau da Lima.

O quadro é alarmante: se a polícia, preparada e armada para combater o crime, teme expor-se ao confronto direto, imagine o que não sente a população indefesa. Salários baixos, más condições de trabalho e falta de reconhecimento afetam a saúde mental da maioria dos agentes. Muitos residem em bairros de traficantes. Acossados pelo medo de vir a serem identificados como milicianos, chegam a esconder a farda ou evitam lavá-la à vista da vizinhança.

A esse cenário lastimável junta-se o estado dos módulos da PM: ou abandonados por policiais, ou degradados em bairros e subúrbios mais perigosos. Dados da corporação mostram que 12 das 17 mortes de PMs ocorreram quando sequer estavam em serviço. As outras vítimas perderam a vida na luta contra a violência.

O salário básico é de R\$ 417,84. Somado à Gratificação de Atividade Policial (GAP), auxílio-alimentação e outros benefícios, alcança R\$1.800. 'É pouco dinheiro e muito risco de vida', comenta um PM. Ter remuneração extra é algo comum na categoria. Se faltam policiais nas ruas, é fácil encontrá-los à paisana, como seguranças privados de lojas, faculdades, centros comerciais e condomínios residenciais.

Agora, a Prefeitura de Salvador criou uma Guarda Municipal com que pretende garantir a vigilância e a segurança de parques, jardins, praias e áreas de proteção ambiental, conforme já acontece em Feira de Santana e Lauro de Freitas. Vistosa, a farda parece de combatente. Nesse estado de pânico geral, a medida foge à redundância, desde que os novos milicianos tenham preparo e condições de trabalho satisfatórios.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos vivendo um clima em que o povo é refém da bandidagem. E o jornal *Tribuna da Bahia* faz uma matéria importante sobre o tráfico de drogas dizendo que tanto os policiais civis quanto os militares estão reféns da bandidagem.

E como é que vamos nos posicionar? E esse problema, Sr. Presidente, V. Ex^a que representa muito bem o município de Feira de Santana, sabe que não é só na capital, não é só na Região Metropolitana, é de toda a Bahia. Portanto eu faço um apelo ao Exm^o Sr. Presidente da República: nossa Oposição, através do nosso Líder Gildásio Penedo, já requeremos a Força de Integração Nacional para que possamos sair desse estado caótico em que se encontra a Secretaria da Segurança Pública.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente Srs. Deputados, Galerias novamente tomadas pelos servidores e serventuários do Poder Judiciário da Bahia, o deputado Zé Neto, há pouco fez um discurso acalorado dando uma demonstração de uma certa irritabilidade com o projeto do Poder Judiciário, e eu queri a aproveitar a sua presença para dizer que percebo que há um sentimento na Casa , e aí não há nenhum propósito da Bancada da Oposição, de querer levar nenhum tipo de constrangimento ao governo.

Mas, deputado Heraldo Rocha, nos chega neste momento a informação de uma tabela, deputado Álvaro Gomes, proposta ontem entre membros do Poder Judiciário e membros do Poder Executivo no sentido de estender a execução do plano, deputado Álvaro Gomes, para o ano de 2017, deixando as gratificações para o último ano. Dados prevêem uma taxa de crescimento do PIB em torno de 4,5%, o que atenderia , deputado Álvaro Gomes, a expectativa dos servidores do Judiciário.

Chegou a ser noticiado pela imprensa que haveria essa prorrogação, já há uma boa vontade, já há um avanço por parte dos servidores e serventuários da Justiça no sentido de ceder, deputado Heraldo Rocha, na expectativa de se avançar para 2017, a fim de que não haja nenhum tipo de comprometimento, nenhum risco. Até porque o que foi proposto foi com base em dados, deputado Waldenor, no sentido de gerar nos servidores a expectativa, neste momento, de que já houve essa anuência no sentido de prorrogar. Há dados da própria Ceplam e da Sefaz confeccionados na noite de ontem, dados do próprio governo, dando conta de um crescimento de 4,5, deputado Eliedson Ferreira, no sentido de que não comprometeria a Lei de Responsabilidade Fiscal. E a Associação dos Servidores, os sindicatos, numa tentativa de ajudar, de colaborar para não dizer que há intransigência, que há, de uma certa forma, algum tipo de má vontade dos servidores aceitaram, deputado Heraldo Rocha, essa proposta. O governo já anuiu, então, se há um consenso, quero fazer um apelo ao governo e não há aqui, longe de mim, qualquer proposta.

Ora, se já há a anuência, se esses dados vieram do próprio governo, se o sindicatos dos servidores aceitaram refazer os cálculos e muitos até com o sacrifício de nem receber isso, mas a fim de dar uma colaboração, de acabar com a greve. Vamos votar o projeto hoje, deputado Heraldo Rocha, (palmas) é essa a vontade dos servidores. (Palmas)

Se já há a anuência para agosto, deputada Antônia Pedrosa, agosto ou julho é a mesmíssima coisa. Daríamos um presente aos serventuários, o governo sairia de uma certa

forma bem desse processo e a Assembléia daria sua contribuição à sociedade baiana, que teria, deputado Heraldo Rocha, os serviços jurisdicionais restabelecidos.

Então, quero aqui de forma muito tranqüila, serena, dizer que a vontade do governo de repactuar, ampliar, dilatar o prazo, deputada Marizete, foi aceita pelos servidores como um gesto de boa vontade no intuito de chegar ao entendimento. Vamos colaborar, se é para agosto, porque, não, deputado Zé Neto, votarmos hoje, coroando, inclusive, o esforço dos servidores que laboraram esse reajuste, que estiveram por diversas noites lutando, aqui, inclusive perdendo noite e estiveram também com o secretário de estado. Vamos dar uma demonstração de colaboração neste momento. A Bancada de governo já que anuí, em vez de agosto, vamos votar hoje dando esse presente e restabelecendo os serviços normais ao Poder Judiciário.

É este o apelo que quero fazer ao governo, de forma muito clara. A Bancada, novamente, deputado Waldenor, está pronta a assinar as dispensas no intuito de ajudar, de colaborar com esse momento, porque acho que já houve um distensionamento, já há uma boa vontade de ambas as partes que cederam, deputado Heraldo Rocha, e não por que, então a Assembléia e seria um gesto grande desta Casa, ao invés de agosto, votarmos hoje ainda o projeto do Plano de Cargos e Salários do Judiciário. (Palmas) É esta a proposta que faço e espero a boa vontade da Bancada do governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o Nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PRTB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por 4 min o deputado Gilberto Brito e por 4 min a deputada Antônia Pedrosa.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Gostaria de chamar para compor a Mesa o deputado Ferreira Ottomar enquanto a deputada Antônia Pedrosa usa a tribuna.

Com a palavra o deputado Gilberto Brito pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Presidente Fernando Torres, em que pese não estar gozando da melhor situação de saúde neste momento, não poderia me furtar de vir a tribuna para tecer comentários a respeito de uma matéria veiculada hoje na primeira página do jornal *A Tarde*.

No canto da primeira página, do lado esquerdo, tem uma chamada “ Paramirim. Prefeito acusado de assédio sexual.” Tempo presente, página 2. Na coluna tempo presente, página 2, tem a manchete: “Escândalo em Paramirim”.

(Lê) *“Veja a encrenca em que o juiz Vicente Reis Santana Filho, de Paramirim, pacata cidade da região de Livramento do Brumado, se envolveu. Já vinha em guerra com 20 advogados que atuam na comarca, autores de duas representações contra ele na Corregedoria das Comarcas do Interior do TJ, acusando-o de maus-tratos gerados por atitudes ditatoriais. Até aí a briga era restrita, mas novo episódio fez com que o caso ganhasse outras proporções: o magistrado foi gravado fazendo propostas a uma*

serventuária. Na fita, ele diz: 'Se você ficar comigo, é como tirar um bilhete premiado'. Também fala que foi 'tentado' por outras serventuárias e recusou. Indignação geral. Dizem lá que a moça contou sobre o assédio ao noivo, também advogado e residente em Salvador, e ele orientou-a a gravar, peça agora anexada às representações.

Ontem, a desembargadora Maria José Sales, corregedora do interior, recebeu a visita de pessoas de Paramirim. Foram dizer que ninguém quer o magistrado lá”.

Infelizmente, Sr. Presidente, a matéria veiculada na página primeira, o destaque da manchete falando a respeito do prefeito de Paramirim, eu gostaria de simplificar em 4 ou 5 palavras quem é prefeito de Paramirim. O prefeito de Paramirim tem 3 filhos, todos 3 adotivos, um homem pacato, ordeiro, decente, honesto e que gere os destinos da nossa terra dentro do primado próprio das famílias dos berços dignos, onde cada um pai, cada mãe procura dar aos seus filhos os verdadeiros ensinamentos para que mais tarde, em tendo a oportunidade de galgar a vantajosa marca histórica condição de prefeito do seu município, cuidar do seu povo da mesma forma como cuida dos seus filhos adotivos e que seus pais ensinou.

Então, quero aqui deixar patenteado e registrado a dignidade, a honra, a lisura, a limpeza e, sobretudo, o elevado espírito humanitário do prefeito de Paramirim, pai de 3 filhos, todos 3 adotivos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Tores):- Concedo a palavra à deputada Antônia Pedrosa, pelo tempo de até 5 minutos. (Pausa). Na ausência, concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria, ou ao Líder do Bloco Parlamentar PR/PSB, para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, eu falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos aqui, neste momento, de grande discussão, debate e fazendo um esforço muito grande para resolver o problema do projeto do Judiciário, que esperamos seja viabilizado o mais rápido possível, de preferência, ainda, nesta sessão.

O projeto que foi apresentado, inicialmente, foi motivo de polêmica entre os dois Poderes ou entre os técnicos dos dois Poderes. De um lado os técnicos do Judiciário afirmavam que o projeto de lei não feria a Lei de Responsabilidade Fiscal. De outro lado o Executivo estava se propondo a fazer um estudo para verificar se, realmente, o projeto não feria a Lei de Responsabilidade. Após feito o estudo, a conclusão a que se chegou é que, realmente, o projeto feria a Lei de Responsabilidade Fiscal, já a partir de 2009/2010.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Em aparte, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- V.Ex^a está inscrito.

A partir desse momento nós observamos um avanço no sentido de que existe aí o debate entre os técnicos dos dois Poderes no sentido de chegar a um denominador comum,

que é exatamente a questão de não se ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse processo, que deveria ter sido anterior à greve e só agora está acontecendo, avança, felizmente avança. O próprio Judiciário apresenta outra proposta, na qual a viabilidade do Plano se daria até o ano de 2017.

Reconhecendo que o projeto anterior feria a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, existe outra tabela feita pelo Judiciário que está sendo discutida com o Executivo. Há pouco conversei com o secretário Rui Costa. A proposta é para discutir com os servidores do Judiciário, fazer uma reunião ainda hoje, se for necessário, e debater essa questão. É compromisso do Executivo votarmos esse projeto o mais rápido possível. Esse é o compromisso no sentido de se encontrar uma solução para o impasse criado.

Na Assembléia Legislativa não existe nenhuma dificuldade de se votar o projeto desde quando o projeto seja efetivamente consensual. Se essa tabela é consensual para o Executivo e o Judiciário, não há problema algum em se votar esse projeto imediatamente. Agora, é preciso que haja a discussão, o acerto de contas no sentido de consenso entre os técnicos de um Poder e os técnicos do outro Poder. A preocupação do Estado da Bahia ficar inadimplente com certeza também é a dos serventuários. Não tenho nenhuma dúvida disso. Os sindicatos Sinpojud e Sintag, os deputados todos têm essa preocupação e o Executivo também. A situação de inadimplência do Estado provocaria nesse caso um prejuízo a todos os habitantes, a toda a população. Ninguém tem interesse em colocar o Estado numa situação de inadimplência. Se esse projeto realmente vai ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, quem responderá não será o Judiciário, será o Executivo. Daí a necessidade de o Executivo fazer um projeto que esteja dentro das normas constitucionais. Essa é uma preocupação justa, correta, porque o Estado tem que pensar em toda a sua população.

É preciso resolver, melhorar as condições salariais do funcionalismo. Esse projeto precisa ser aprovado, tem que ser aprovado, mas dentro das normas constitucionais. Essa é a grande preocupação do Poder Executivo. As conseqüências não serão para o Judiciário. As conseqüências de um Estado inadimplente serão para toda a população. Nesse sentido os deputados, os serventuários e o Executivo têm que ter essa preocupação. Entendo que essa discussão que está ocorrendo hoje sobre essas tabelas anterior e a atual faz parte de um processo que deveria ser preparado antes da greve para que não precisássemos estar nessa situação, e o projeto chegasse à Assembléia Legislativa já discutido, debatido, analisado criteriosamente. Isso não aconteceu, infelizmente. Felizmente, porém, o diálogo está acontecendo. Sem dúvida alguma teremos uma saída para esse impasse.

Da mesma forma que houve uma saída para a questão da URV, que se arrastava há anos e anos. E, no início do governo Wagner, foi viabilizado o projeto que aprovou aqui a URV dos serventuários, projeto esse que teve o impacto de 300 milhões de reais, 60 milhões por ano. Esse projeto teve essa preocupação, porque, se fosse pago na sua totalidade, também iria ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi discutido, debatido e aprovado. É assim que é o processo democrático. Era uma situação que se arrastava há anos, e o projeto foi aprovado no governo Wagner, com o impacto de 300 milhões de reais, beneficiando os serventuários, com o impacto anual de 60 milhões de reais. Se o impacto

de 300 milhões de reais fosse em um ano só, de uma vez só, estaria ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal...

O Sr. PRESIDENTE(Fernando Torres):- Para concluir, excelência.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...) e foi o debate que se travou naquela época, concluindo, deputado Fernando Torres, e é o debate que se processa neste momento. A única preocupação é salvaguardar os direitos da população, dos habitantes do nosso Estado, portanto, não colocar o Estado numa situação de inadimplência, essa é a única preocupação que os deputados e o Executivo estão tendo. Todo esforço está sendo feito para aprovar o projeto o mais rápido possível.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE(Fernando Torres):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarão, durante 5 e 4 minutos, respectivamente, a deputada Antônia Pedrosa e o deputado Bira Coroa.

O Sr. PRESIDENTE(Fernando Torres):- Com a palavra a deputada Antônia Pedrosa pelo tempo de 5 minutos.

Peço ao deputado Ferreira Ottomar para vir compor a Mesa enquanto a deputada Antônia Pedrosa faz seu discurso.

A Sr^a ANTÔNIA PEDROSA:- Sr. Presidente, Srs. Secretários, Srs. Deputados, companheira deputada Marizete, minha queridinha deputada Virgínia, senhoras e senhores que ocupam as Galerias neste momento, gostaria de discordar, com todo respeito, deputado Álvaro Gomes, da posição de V.Ex^a e dizer que os funcionários da Justiça estão vindo a esta Casa todos os dias, há quase um mês, estão em greve, não para ouvirem coisas do passado, negócio de URV, (palmas) que já passou. O que eles querem ouvir é dizer que hoje vai ser votado o projeto do Plano de Cargos e Salários dos Serventuários da Justiça. (Palmas)

Então, não adianta mais ficar falando do problema do passado. Se eles quisessem viver do passado, não teriam votado no governador Jaques Wagner. Eles votaram foi para isso. (Palmas) Votaram porque ele falava principalmente do problema dos funcionários. Com todo respeito que eu tenho ao governo Wagner, por fazer parte da Base do governo, me desculpem os deputados do PT e do PCdoB, porque se V.Ex^{as} se empenhassem como estão se empenhando para votar a CGE, pedindo dispensa das formalidades, esse projeto já teria sido votado há muito tempo. Quantos projetos aqui, deputado Álvaro Gomes, já dispensamos as formalidades. E estamos dispostos, eu e o deputado Luiz Augusto, que somos vice-líderes do Bloco Independente, já nos pronunciamos aqui desta tribuna que estaríamos dispostos, na ausência do nosso líder deputado Roberto Muniz, a dispensar todas as formalidades para o projeto ser votado hoje.

Estou disposta, já disse uma vez e digo agora e o deputado Luiz Augusto também aqui já se pronunciou e os deputados da Oposição. Para este projeto, hoje, não temos que olhar problemas de partido, deputado Álvaro Gomes. Hoje, aqui, o que está em jogo é uma

classe de funcionários que refizeram uma planilha toda, de acordo com o que V.Ex^{as} alegaram eles adequaram a planilha ao que V.Ex^{as} pediram e esperam hoje receber esse presente.

E tem outra, não estaremos beneficiando somente os funcionários públicos. V.Ex^a que tanto lutou pelos funcionários públicos, nós dois, eu como bancária, V.Ex^a como presidente do sindicato dos bancários, lutamos a vida inteira pelos funcionários públicos. Mas parece que tem gente que esquece ou pensava que não ia ser governo. Então, poderia pelo menos aqui assumir, dizer que são governo e que não vão votar porque o governo pediu mais um prazo, vai votar em agosto, em dezembro. Tem que assumir sua posição.

Acho que nós não vamos só beneficiar, deputado Heraldo Rocha, os funcionários que estão aí e que merecem, também os funcionários públicos que ralam. Eu sei o que é ser funcionário público. Passei 20 anos no Banco do Brasil e sei o quanto nós batalhamos e ralamos. Nós colocávamos a estrela do PT no peito e íamos trabalhar pedindo mudanças, principalmente para o funcionário público. E também vamos beneficiar toda a Bahia, Sr. Presidente, porque estamos sem poder tirar uma certidão, sem poder passar uma procuração. Vou culpar os funcionários, deputado Álvaro Gomes? Não. V.Ex^a se lembra das nossas greves quando o Banco do Brasil parava e ninguém mandava uma ordem de pagamento, naquela época.

Então, deputado Álvaro Gomes, deputado Bira Coroa, nossos companheiros do PT, do PCdoB, vamos votar esse projeto. Falam que vão votar em agosto, por que não hoje para encerrarmos o semestre com dignidade, com alegria e dando esperança para esse povo?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao nobre deputado Bira Coroa pelo tempo de 4 minutos. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PP/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Luiz Augusto:- Sr. Presidente, falarei por 4 minutos e o deputado José Nunes por 4 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre deputado Luiz Augusto pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a deputada do nosso Bloco já disse o que pensa a respeito desse projeto. O Bloco do PP, que é o Bloco Independente desta Casa, quer e deseja que o governo ache uma solução o mais rápido passível para os funcionários do Judiciário. Acho que isso é uma questão de negociação e tem que negociar rápido. Vamos entrar em recesso a partir, talvez, de amanhã e não podemos prorrogar, ficar mais 1 mês sem saber quando terá uma solução o problema do Judiciário na Bahia. Sabemos o que estamos passando no interior do Estado, sabemos como anda o Judiciário no interior do Estado: os cartórios estão parados, ninguém faz negócios ou passa uma escritura. A Bahia não pode ficar parada.

Espero que haja bom senso do governo para que possamos achar uma solução o mais rapidamente possível. O Bloco Independente está disposto a dispensar qualquer formalidade e votar hoje esse projeto de lei. Qualquer que seja a solução negociada entre os funcionários do Judiciário e o governo do Estado terá o apoio integral do Bloco Independente. (Palmas)

Quero também registrar o São João e as convenções pelo interior. Fui a cerca de 21 convenções no interior do Estado, ajudando e prestigiando os amigos. Ontem, encerramos a última convenção, em Guanambi, por volta das 21 horas. O prefeito Nilo Coelho, atendendo ao chamado da população...

O prefeito Nilo Coelho não queria ser candidato, de jeito algum, na eleição passada, mas nós, amigos e correligionários, o convencemos na marra a administrar Guanambi. E agora não fomos nós que o convencemos. Mandamos fazer 2 pesquisas, realizadas por 2 institutos de renome. Entregamos os resultados e ele não teve jeito para recusar. Uma das perguntas era se o povo queria que ele continuasse no comando da Cidade de Guanambi. Quase à unanimidade, a população de Guanambi desejava que Nilo Coelho continuasse por mais 4 anos na prefeitura.

Desta vez ele cedeu fácil, porque foi o povo de Guanambi que pediu para que se candidatasse à reeleição. Todos conhecem o prefeito Nilo Coelho, ex-governador, um homem bem de vida, que, aos 65 anos, poderia muito bem estar em suas casa, descansando, mas vai, de novo, dar 4 anos de sua vida ao Município de Guanambi, administrando a nossa cidade.

Digo sempre que Guanambi ganhou, ele fez diversas obras, mudou a cidade. Mas acho que quem ganhou mais foi a administração pública regional, porque ele mostrou que pode-se governar sem os recursos do Estado ou sem os recursos federais. Acabou aquela balela de que prefeito para administrar tem que ter convênio com o Estado, ficar dependendo do Estado e do governo federal. Nilo Coelho administrou a Cidade de Guanambi sem qualquer centavo do governo do Estado e fez a melhor administração do sertão da Bahia.

E Guanambi lá está para provar a transformação que teve. Pessoas que lá estiveram há 4 anos hoje vêem a nova Guanambi completamente diferente, jovem, bonita e que irá prosperar muito mais.

Agradeço ao povo de Guanambi por ter-nos ajudado a colocar Nilo Coelho por mais 4 anos em nossa administração.

Estou com os serventuários do Judiciário. Se o projeto vier hoje para esta Casa, haveremos de votá-lo nem que tenhamos que virar a noite. Estamos com vocês! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o deputado José Nunes, pelo tempo de até 4 minutos.

O Sr. JOSÉ NUNES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, há, aproximadamente, 10 dias que os servidores do Judiciário estão nesta Casa, negociando com o governo e com a Bancada do governo o seu Plano de Cargos e Salários.

Inicialmente, a implantação se daria, proposto pelo sindicato, em 5 anos. E hoje já foi negociado com o governo, nobre deputado Heraldo Rocha, para que ela ocorra ao longo de 10 anos, numa atitude de verdadeira flexibilidade do sindicato, e o acordo foi fechado entre ambos.

Bem, se foi fechado o acordo e o governo quer honrá-lo, hoje é o dia para que isso ocorra, e vamos votar aqui esse projeto, que, se depender da nossa Bancada, com certeza será votado hoje. O governo precisa acabar com a enrolação de fazer acordo e jogar o projeto para ser votado em agosto. Qual o motivo que o leva a querer protelar um acordo já selado para agosto?

Isso não existe, e nós da Bancada de Oposição concordamos, plenamente, que esse projeto seja votado hoje, antes da LDO, porque, se ele não for votado, vai se caracterizar um verdadeiro desrespeito a essa classe que tanto serve aos interesses de todos os baianos. E a Justiça precisa voltar urgentemente à normalidade, e isso certamente ocorrerá a partir da votação desse projeto.

De forma que queremos fazer um apelo ao Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, para que ponha esse projeto em votação para acabar com essa paralisação do Judiciário, a qual vem afetando, com certeza, os serviços de todo o Estado. Já houve a flexibilidade do sindicato, o plano vai ser posto em prática em 10 anos, o governo já acertou e aceitou, então não há motivo nenhum, nobre deputado Heraldo Rocha, para que a Bancada do governo não queira votar esse projeto hoje.

Não há necessidade de protelar essa votação e vamos realmente respeitar os servidores Judiciário e votar e aprovar, sim, esse projeto hoje, porque, no passado, esses mesmos deputados que fazem hoje parte da Base do governo estavam aqui pressionando diversos aumentos e hoje não se justifica que fiquem em posição diferente.

Essa incoerência não vamos aceitar, e o governo tem condições financeiras para que possa pôr em prática, a partir de hoje,... até porque existe, todos nós sabemos, R\$ 1.700.000.000 em caixa, e esse projeto não vai comprometer mais do que 5,7% ao ano, do Orçamento. De forma que há todas as condições para que possa ser posto em prática, de imediato, o Plano de Cargos e Salários dos servidores e serventuários do Judiciário baiano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tenho a menor dúvida de que, hoje, o governo está realmente encurralado e vai, certamente, pôr esse projeto em votação, porque não existe mais motivo nenhum para se protelar votação dele, até porque já houve acordo e o governo aceitou os 10 anos, e é hoje, com certeza, que vamos votar esse projeto.

Nobre deputado Álvaro Gomes, gostaria que V. Ex^a, como Líder do seu partido, que aqui se pronunciou pedindo aos servidores que tivessem paciência e aguardassem para agosto, pudesse voltar a esta tribuna e dizer: “Vamos votar e aprovar esse projeto, porque ele é justo e todos nós precisamos...”

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do PMDB para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará, por 5 minutos, o deputado Ferreira Ottomar, e eu próprio falarei por 4 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o deputado Ferreira Ottomar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FERREIRA OTTOMAR:-Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Serventuários da Justiça que estão nesta Casa reivindicando os seus direitos com muita propriedade, fico muito triste de a situação chegar ao ponto que chegou.

A Justiça é a mola mestra de um país, por isso acredito que em breve haverá uma solução. Sabemos que a Justiça é um pouco lenta mesmo, é normal, mas, se ela pára, fica pior ainda. Todos nós, brasileiros, dependemos dela. A Segurança Pública e a Justiça não deveriam entrar em greve, mas seria preciso um consenso para que isso não acontecesse.

Esta Casa tem um Regimento que temos de seguir. Estamos encerrando hoje, se votarmos a LDO, o primeiro semestre. Mas me coloco à disposição para estar aqui a qualquer momento, se houver uma sessão extraordinária – não sei se o nosso Regimento permite isso –, para vir votar este projeto do Judiciário, se ele não for apreciado hoje.

E ainda aproveito esta oportunidade para dizer aos prezados deputados e deputadas, ao Sr. Presidente, que realizamos em Camaçari, ontem, a convenção do PMDB para definir a nossa participação na próxima eleição. Marcharemos sozinhos, com o lançamento dos nomes de Gilberto Del Rico para prefeito e da professora Diana para vice. Também homologamos bons candidatos a vereador.

Com muito orgulho dou essa notícia aos pares desta Casa, tendo em vista que o nosso partido, o PMDB, tem 25 senadores e cento e poucos deputados federais, então não poderia ficar sem lançar candidato naquela cidade tão bela e tão rica, com um povo de tanto caráter.

É um grande orgulho para mim ser parlamentar do PMDB. Fui o deputado mais votado daquela cidade e não poderia deixar de contribuir agora dando oportunidade a essas novas lideranças, a professora Diana e Gilberto Del Rico. Tenho certeza de que o povo de Camaçari vai ser muito bem servido com esses dois nomes que o PMBD indicou na sua convenção, ontem.

E agora vou voltar a falar um pouco mais sobre o Judiciário, levantando alguns fatos relacionados a Camaçari. Há um ano, deputado Heraldo Rocha, o juiz daquela cidade foi promovido para Salvador, desse modo aquela comarca está sem juiz titular, só tem substituto. E agora, além desse sofrimento, os serventuários estão parados.

Espero que esse impasse, que é um problema, principalmente, nosso e do governador Jaques Wagner, seja resolvido brevemente para que o estrago seja menor, tendo em vista que a cada dia que a Justiça fica parada há um prejuízo muito grande. E isso passa uma imagem ruim para os outros países, dando a impressão de que o Brasil não tem domínio.

Repito, se for preciso voltar para cá os 30 dias do mês de julho, estarei aqui à disposição desta Casa e do povo da Bahia.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres): - Concedo a palavra ao nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Deputado José Nunes, queria só fazer uma correção. Em nenhum momento, cheguei aqui defendendo a votação em agosto ou em outro período. Defendo que a votação seja feita hoje. Agora, o que defendi aqui é que se intensifiquem as negociações para que o projeto seja votado hoje. É isso que defendo. Disse que o secretário de Relações Institucionais está à disposição para negociar, para discutir, porque essa tabela, a segunda tabela que foi feita pelo Judiciário, foi apresentada ontem ou hoje.

Então, é preciso que seja discutida, analisada, para que o projeto seja votado. O problema não está na questão da dispensa de formalidade, na tramitação do projeto, o problema está em chegar a um denominador comum. Essa é que é a questão. Se se chegar a um denominador comum agora, neste momento, esse projeto será votado aqui imediatamente. Em nenhum momento, defendi aqui a votação em agosto. Defendi que a votação seja feita o mais rapidamente possível. Defendo que a votação seja feita hoje. Agora, para que a votação seja feita hoje, é preciso que se chegue a um consenso, a um denominador comum. É preciso que se intensifique essa discussão para que o projeto seja votado. Esse esforço é o que vem sendo feito pelo Líder do governo, Waldenor Pereira, vem sendo feito pelo governo. Essa discussão que está sendo travada hoje, a questão dos dados, a questão das tabelas, é uma discussão, volto a dizer, que deveria ter sido feita anteriormente. O Judiciário, na minha opinião, não deveria enviar um projeto aqui que envolve o Executivo sem ter uma discussão com o Executivo. Por que tem que haver uma discussão com o Executivo? Isso é importante, porque se o Estado fica inadimplente quem vai responder não é o Judiciário, quem vai responder é o Executivo. E quem vai ter o prejuízo é a população do Estado da Bahia. É por isso que tem que se discutir com o Executivo. A independência dos Poderes existe, isso está resguardado.

Agora, nessa questão da responsabilidade fiscal, o Estado tem que estar atento para não prejudicar a população, 14 milhões de habitantes. Essa é a preocupação do Estado. O Estado não pode ser irresponsável. O Estado tem que ter responsabilidade. Para ter responsabilidade, o Estado tem que analisar criteriosamente esse projeto para não prejudicar a população.

Então, o que defendo é que se intensifiquem as negociações – teremos aqui, provavelmente, um debate até tarde da noite – para se chegar a um denominador comum. Chegando-se a um denominador comum, tem que se votar hoje esse projeto. Defendo isso. Agora, é preciso chegar a um denominador comum, essa é a minha defesa, isso é o que sempre defendi.

Infelizmente, esse debate está acontecendo agora, deveria ter acontecido antes, porque aqui estaríamos em uma situação bem mais confortável. Na minha opinião, o Judiciário deveria ter discutido com o Executivo. Isso não fere a autonomia dos Poderes. O projeto que foi enviado aqui repercute diretamente no Executivo, e tem que haver responsabilidade para não se prejudicar a população. Esse tem que ser o olhar do Estado. Defendo que se chegue a um denominador comum ainda hoje e que o projeto seja votado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o Líder dos Democratas para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 5 minutos o Deputado João Carlos Bacelar e eu usarei o restante do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Deputado João Carlos Bacelar V. Ex^a tem a palavra por 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:-Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a falta de rumo da atual administração estadual só é comparável ao oportunismo político do governador Jaques Wagner.

O governador, coisa até que já vem sendo ironizada pela imprensa do Sul do país, possui 3 candidatos a prefeitura em Salvador.

O primeiro que é do PT, seu partido e que não tem até agora a menor chance de chegar a um provável segundo turno; o segundo é o tucano mostrando desde já a incoerência política do governador Wagner ao apoiar um adversário do Presidente Lula; o terceiro é do PMDB, do Ministro Geddel Vieira Lima que assumiu o espaço deixado pela incompetência do governador Wagner, tanto no cenário baiano quanto no cenário nacional.

O mais incoerente disto tudo, deputado Rogério Andrade, é a participação do governador nas 3 convenções. Na primeira teve que ouvir as críticas que o prefeito João Henrique dirigiu ao ex-prefeito Antônio Imbassahy. Depois na convenção do PSDB teve que ouvir as sérias críticas que Antônio Imbassahy fez à loucura que se instalou na cidade de Salvador, e por fim, na convenção do PT, teve que ouvir o deputado Walter Pinheiro desqualificar as administrações João Henrique e Antônio Imbassahy.

São todos adversários, inimigos políticos, e o governador tenta enrolar os baianos tentando armar esse apoio que já é chamado na imprensa do Sul do país de apoio Dona Flor e seus 3 prefeitos.

O governador age no campo político da mesma maneira que age no campo administrativo. Enquanto ele não tem rumo, não tem norte, a Bahia perde investimentos. Aquele famoso tour que o governador Wagner fez ao Japão foi para trazer a Toyota, e esta foi para S. Paulo, porque o governador encontrava-se perdido na viagem ao México, ou a Dubai.

Nessa confusão toda, pelo menos há uma pessoa lúcida no governo: D. Fátima Mendonça, no Palácio de Ondina; ela mostrou oportunismo do PT, diz textualmente que quando a gente não concorda a gente sai. Não se deve alimentar aquilo em que não se acredita. D. Fátima Mendonça é a única lúcida nesse governo. Teve que ouvir umas estocadas do Presidente do PMDB, o Sr. Lúcio Vieira Lima, porque D. Fátima diz que o prefeito João Henrique levou 2 anos para começar a administrar. Esqueceu o exemplo de casa. O governador Wagner até hoje não começou a administrar, D. Fátima. Aconselhe esse senhor, para que ele se centre nas questões da Bahia, como a segurança, a educação, a saúde e a injustiça com os serventuários da justiça. É isso, D. Fátima. Meu apelo é para que a senhora volte o seu lúcido pensamento e seus olhos para a questão dos servidores do Judiciário. Dona Fátima Mendonça e o deputado Líder, Gildásio Penedo, façam o

governador ouvir a voz rouca das ruas. O governador fica surdo às questões que nós apresentamos. Por quê? Porque é a Bancada do amém, a Bancada do tudo bem, não leva os recados ao governador, mas ouve o recado da primeira-dama, que, nobre Líder Waldenor Pereira, V.Ex^a que não pôde me conceder aparte, fala como cidadã.

V.Ex^a, hoje, não é do seu feitio, quis desqualificar as ex-primeiras-damas, muitas delas avós e tias de integrantes de suas base. Mas primeira-dama não é eleita, deputado Waldenor, para estar dando palpite em governo, primeira-dama não tem respaldo popular para administrar. Quando V.Ex^a ataca as ex-primeiras-damas, coloca no mesmo balaio Dona Yeda Carneira, mãe de um deputado federal, que pertence a seu partido,...

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Deputado, para concluir.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- (...) dona Detinha Lomanto, avô de outro deputado da base de seu partido. Temos que convir que Dona Fátima manda mais que Dona Yeda mandou, lógico que manda, porque é quem dá rumo a este governo, é a única voz lúcida. Espero, presidente Javier, o apoio do PCdoB à reivindicação dos funcionários da Justiça. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa presente, deputado Waldenor, Líder do governo, já ouvimos aqui posicionamentos muito claros de diversos parlamentares, inclusive da Base do governo. O PR, que é da base do governo, já se posicionou claramente, hoje, através de seu Líder, o deputado Elmar Nascimento, que se colocou favorável à votação do projeto ainda hoje, já ouvimos o deputado Ferreira Ottomar, do PMDB, colocar de forma isolada que é favorável à votação do projeto, já ouvimos do PP, o deputado Roberto Muniz é o Líder, através da deputada Antônia Pedrosa, que se colocou favorável ao projeto, a Bancada de Oposição, da mesma forma, o Democratas, o PTN...

Deputado Waldenor, só falta o PT e o PCdoB se juntarem para votarmos o projeto do Judiciário na noite de hoje. Só está faltando isso. É inaceitável que nós venhamos aqui ouvir o deputado Álvaro Gomes manifestar o desejo, a vontade, mas é importante, deputado Álvaro, que V.Ex^a atente para o fato de que, se o governo quer tempo para poder avaliar a proposta que, segundo ele, foi apresentada ainda esta semana, é importante que não votemos hoje a LDO, porque, se votarmos a LDO, não há como votarmos o projeto do Judiciário antes de agosto.

Se o governo quer esse tempo, deputado Waldenor, apelo que V.Ex^a libere a Bancada do governo. Votaremos os projetos consensuais e deixaremos a LDO para ser votada após o posicionamento com relação ao projeto do Judiciário. Podemos deixar até para quinta-feira para que votemos junto com o projeto do Judiciário. Se o governo ainda não está ciente e confortável com relação a esse posicionamento, vamos avançar nesse sentido. O que não pode é o governo vir aqui, os deputados se colocarem...

O Sr. Heraldo Rocha:- (fora do microfone) Deputado, repita sua proposta.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- O deputado Heraldo pede que eu repita a proposta. A proposta é a seguinte, deputada Maria Luiza Laudano, se votarmos a LDO hoje, não há como votar o projeto do Judiciário antes de agosto. O governo se coloca com boa vontade, ouvimos aqui a voz do Vice-Líder, deputado Álvaro Gomes, que quer um pouco mais de tempo. Vamos dar tempo ao governo, 24 horas, 48 horas, até porque, deputado Heraldo Rocha, sabemos que nessa proposta que nos chegou às mãos através da assinatura da Sr^a Guadalupe Libório, gerente de Recursos Humanos, as projeções feitas pela Seplan e pela Sefaz, fruto de consenso, mostram uma taxa de crescimento de 4,5. Isso é perfeitamente cabível e não compromete a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os servidores, deputado Waldenor, já fizeram a sua parte, já distensionaram quando aceitaram esse plano para 10 anos. Não quero, aqui, preconizar, mas muitos desses que aí estão talvez não tenham condições de desfrutar desse plano. Entretanto, já cortaram na carne para poder vê-lo aprovado, deputado Heraldo Rocha.

Já que houve esse distensionamento, a boa vontade dos servidores e serventuários, que ampliaram de 5 anos para 10 anos, na tentativa de facilitar as negociações, o mínimo que o governo pode fazer é aceitar essa proposta, para que a Casa vote a LDO ainda hoje ou – se não votarmos a LDO hoje, deputado João Carlos Bacelar – dê um tempo ao governo, até quinta-feira ou segunda-feira. A Bancada da Oposição não criará dificuldades.

Agora, se o governo entender de votar ainda hoje, estamos de acordo, deputada Antônia Pedrosa. O que os governistas precisam entender é que eles hoje não estão no palanque, não estão no discurso pelo discurso. Hoje, se há uma tendência, se há uma manifestação explícita dos deputados – e sei que V.Ex^a, deputado Álvaro Gomes, se associa a esse pensamento –, para demonstrar que o discurso corrobora a ação, é para não votar a LDO hoje, para se possa, efetivamente, dar tempo ao governo.

Tem que haver coerência no discurso, deputado Roberto Muniz. É muito fácil dizer que se quer votar, que se quer encontrar o caminho. Sendo assim, que seja dado o tempo, mas que a LDO não seja votada hoje, para que na quinta-feira ou na segunda-feira o projeto seja votado antes do mês de agosto, coroando o esforço a luta e a tentativa de distensionar dos servidores.

Já houve um avanço, deputado Javier Alfaya, o prazo foi ampliado de 5 para 10 anos. Dobrou-se o prazo de execução. Foi um gesto dos servidores, e o governo precisa honrar esse gesto e votar o Plano de Cargos e Salários ou prorrogar a votação da LDO.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Com a palavra o Líder do governo para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarei pelos 9 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Com a palavra o Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores serventuários, o Estado da Bahia vive uma grande contradição, é o 6º produtor do

Brasil, é a 1ª economia do Nordeste, produz quase 40% do que se produz em toda a região nordestina, todavia, convive com os piores indicadores sociais do Brasil. A Bahia, por exemplo, ainda é o estado campeão em analfabetismo. São 2 milhões e 300 mil baianos com mais de 15 anos de idade que não sabem ler nem escrever. São outros 4 milhões de baianos que não chegaram a concluir 4 anos de estudo e são considerados analfabetos funcionais, não têm capacidade de interpretar um texto.

A Bahia é o estado campeão nacional da pobreza. Um milhão e 400 mil famílias baianas se beneficiam do Bolsa-Família porque estão abaixo da linha da pobreza, percebem menos de R\$ 165,00 por mês.

A Bahia é o 21º estado da Federação no Índice de Desenvolvimento Social, que leva em consideração educação, saúde e habitação. A Bahia é o 21º estado da Federação no Índice de Desenvolvimento Humano, que leva em consideração a renda das famílias. A Bahia é o 2º Estado da Federação de maior déficit habitacional. Na Bahia faltam 600 mil moradias.

Esses indicadores sociais, Srs. Serventuários e Sr^{as} Serventuárias, foram construídos por décadas de abandono dos governos do PFL. Décadas de abandono com a educação, com a saúde, com a habitação, com a renda, com o emprego. Salvador, a capital do Estado, há dez anos ou mais, sucessivamente ostenta o título de campeã nacional do desemprego.

Essa é a realidade dura, perversa, nociva convivida pelo povo do Estado da Bahia. Essa é a grande contradição que inquieta os deputados da Oposição, sabe por quê? Porque construíram um modelo de desenvolvimento no nosso Estado que privilegiou uma panelinha, privilegiou uma pequena minoria em detrimento da maioria absoluta de baianos que convive com a fome, com a miséria, com a doença, com o analfabetismo e com o desemprego. Foram eles que construíram esse modelo concentrador de renda, concentrador de capitais, concentrador de propriedade.

Um modelo, inclusive, que, do ponto de vista geográfico, concentrou a riqueza na Região Metropolitana e em algumas ilhas de excelência pelo Estado afora. Foram eles que construíram esse modelo, não fomos nós. Pelo contrário, o nosso governo está fazendo um esforço sobre-humano para desconcentrar a economia para as regiões mais interioranas, para distribuir melhor a renda. O nosso projeto político nacional é um projeto vitorioso. O projeto do Partido dos Trabalhadores e dos aliados, do PCdoB, do PV, do PSB e de outros partidos é um projeto vitorioso.

Os indicadores econômicos hoje todos reconhecidos internacionalmente. O Risco-Brasil no patamar de 250 pontos; reserva do Banco Central: 200 bilhões de dólares, o suficiente para pagar a dívida externa se quisesse pagar hoje; duas vezes a dívida interna pública brasileira; inflação contida no patamar de 4,5, 5%; superávit na balança comercial de 40 bilhões de dólares; estabilidade econômica; crescimento sustentável a 5% por cento a longo prazo.

É isso que incomoda tanto a Oposição. É um projeto vitorioso, exitoso, um projeto que está melhorando a vida do povo brasileiro. Vinte e cinco milhões de brasileiros já se deslocaram das classes E e D para a classe C. Já tiveram avanço na estrutura social. O

salário mínimo pago hoje pelo presidente Lula de 250 dólares é cinco vezes o salário pago pelos governos anteriores que chegou a 56 dólares.

Esse assunto eles não têm a coragem nem o interesse de debater. O nosso projeto é um projeto vitorioso; agora é um projeto responsável. Temos a coragem de enfrentar os servidores para o debate, para o diálogo, para o entendimento. Sou deputado reeleito de segundo mandato, nunca vi na gestão anterior aqui o governo negociando com ninguém, nem conversando nem dialogando, nem sequer subir à tribuna tinha coragem para debater com os servidores.

Nós estamos aqui de peito aberto, de cabeça erguida; acreditamos no nosso governo, e o nosso governo não é governo de demagogia. Se afirmamos aqui hoje que vamos aprovar o projeto, vamos aprová-lo dentro dos limites constitucionais. Agora não vamos fazer proselitismo e dizer que vamos extrapolar o limite constitucional porque não vamos. Temos responsabilidade com a coisa pública, com a administração pública. E é importante que os serventuários passem a considerar e a avaliar o comportamento dos políticos. Não basta fazer apenas discurso para a galera. O político sério, responsável tem que ter responsabilidade com suas bases.

É por isso que no primeiro discurso chamei a atenção de que a política é a arte de administrar os sonhos das pessoas. Não podemos iludir as pessoas. Não podemos ser irresponsáveis com as pessoas. Temos que dizer a verdade, o que é possível e o que não é possível. Votar o projeto dentro dos limites constitucionais é possível. Nós votaremos, aprovaremos. As adequações estão sendo feitas. Aliás, quando o primeiro projeto chegou aqui, eles disseram que estava dentro da lei, estava dentro do limite. Depois, os estudos foram feitos e concluiu-se que extrapolava o limite. Novos estudos foram apresentados dentro do limite. Nós vamos votar favoravelmente ao projeto dos serventuários, sem proselitismo, sem demagogia, porque o nosso governo é um governo sério, é um governo transparente, é um governo que dialoga, que negocia, que busca o entendimento com os servidores públicos do Estado da Bahia e tem responsabilidade para com o povo da Bahia.

Nós temos a responsabilidade de reverter essa dura realidade vivida pelo povo da Bahia. O povo da Bahia é um povo sofrido, é um povo analfabeto, é um povo desempregado, é um povo doente. O nosso governo tem um grande desafio de refazer, de reconstituir, de reestruturar essa dura realidade vivida pelo povo do Estado da Bahia. E não fomos nós que construímos esses indicadores sociais, esses vergonhosos indicadores sociais. Esses péssimos indicadores sociais foram construídos pelos governos de V.Ex^{as}. E não vou falar aqui da questão política, do regime de exceção, da ditadura militar. Não vou falar. Só *en passant*. Estou falando apenas em desenvolvimento econômico e social.

Por isso, Sr. Presidente, peço desculpas aos serventuários pela veemência, pela contundência, mas não temos medo do debate, do debate de conteúdo, do debate de qualidade. Temos interesse de debater até as últimas conseqüências com os deputados, que são nossos amigos, nós nos respeitamos muito, mas também com os serventuários, porque o nosso governo tem interesse no debate de qualidade, de conteúdo... (O som do orador é cortado.)

Obrigado, Sr. Presidente.

Concluimos, Presidente, pela aprovação, porque, no fundo, no fundo, fica parecendo que eles estão torcendo para que o projeto não seja aprovado. No fundo, no fundo, fica parecendo isso, mas nós queremos é aprovar. Nós queremos aprovar e vamos aprovar, e não ficar torcendo para não aprovar e colocar o governo em situação de dificuldade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Pela ordem o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:-Sr. Presidente, inicialmente, e estruturando aqui a minha justificativa para a questão de ordem, eu queria lembrar aos serventuários e às serventuárias da Justiça que amanhã o governador estará nas ruas da cidade no desfile do 2 de Julho. E é um bom momento para os serventuários irem lá conversar com o governador, um excelente momento.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Segundo, queria, Sr. Presidente, lembrar ao Líder que realmente, em contrapartida à política de concentração de investimentos que havia nos governos anteriores, hoje há uma política de desconcentração do governador Wagner para Pernambuco, para Alagoas, para Minas Gerais, para o Ceará e para o Rio Grande do Sul. O governador, deputado Waldenor Pereira, tem perdido todas as lutas em que entra, e quando entra. Basta lembrar o pólo têxtil – 500 mil empregos, deputado Waldenor. Quinhentos mil empregos para a Bahia! E o governador caladinho, caladinho não disse nada.

As contas da Brasken que têm ido embora da Bahia para Pernambuco, para Alagoas, para Minas Gerais e agora para o Rio Grande do Sul. E vários e vários outros investimentos que temos feito.

O deputado Waldenor quando quer colocar toda a culpa do desgoverno na área da Saúde, na área da Segurança Pública, na área da Educação, culpa os governos passados. O Líder do governo Waldenor Pereira está precisando participar de umas palestras com dona Fátima Mendonça, que é uma crítica qualificada do governo medíocre que Wagner faz na Bahia.

Sr. Presidente, é esta a razão da minha questão de ordem: hoje é um dia muito importante, e esta Casa poderia ou poderá ou deverá votar a proposta do Plano de Carreira dos servidores serventuários da Justiça, a LDO e mais dois projetos do Executivo.

Infelizmente, a olhos vistos, não há quórum para a continuação da sessão, é preciso que a Bancada do governo venha participar dos debates e dar uma resposta aos serventuários!

Está muito bem, está muito bem! Apresentam-se aqui dados do Líder Waldenor Pereira, nos quais acredito. Apesar de dizerem que Salvador é a capital nacional do desemprego, eles estão no governo com João Henrique, há três anos e meio, e não mudaram nada! Salvador não é a capital do desemprego, Líder Waldenor Pereira! Salvador é a capital do desemprego dentre sete regiões metropolitanas pesquisadas. Sete! Não é nem de todas as regiões metropolitanas do Brasil! Agora, se já temos uma situação frágil e entra um

governo despreparado, um governador que só quer saber de viajar, fazer politicagem e exercitar o seu oportunismo político, não pode deixar haver retrocesso!

Deputado Waldenor Pereira, V.Ex^a conhece o Colégio Alaor Coutinho, em Praia do Forte, onde as ingerências políticas e as nomeações do PT não deixam que ocorram aulas? Onde há uma revolta de professores e alunos? V. Ex^a já viu, nos muros de Salvador, a APLB protestando contra a enturmação, a grande inovação pedagógica que o secretário de V. Ex^a conseguiu trazer para a Bahia? V. Ex^a sabe que, nesse final de semana,...

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Qual é a questão de ordem, deputado?

O Sr. João Carlos Bacelar:- Ainda tenho 18 segundos. V.Ex^a já levou uns 10 segundos meus, mas continuo, Sr. Presidente -, (...) 19 jovens negros foram assassinados na periferia de Salvador, deputado Waldenor?

Por isso, Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que mande fazer a verificação de quórum, conforme acordo entre Líderes.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista que há uma pedido de verificação de quórum para a continuação da sessão, gostaria de convidar todos os colegas deputados e deputadas da Base de Situação para se fazerem presentes ao Plenário, tendo em vista que se faz necessária a presença de 21 Srs. Deputados.

Solicito a V. Ex^a que, em seguida à conclusão da minha questão de ordem, faça soar as campainhas convidando todos os deputados e deputadas que se encontram nos seus gabinetes e nas demais dependências desta Casa Legislativa a se fazer presentes ao Plenário, permitindo o quórum de 21 parlamentares, considerando que a importância de continuarmos a sessão é por conta da necessidade de aprovarmos, hoje, aquele que é, sem dúvida, um dos projetos mais importantes do planejamento financeiro e orçamentário do Estado, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Agradeço a V.Ex^a.

De acordo com a solicitação feita por ambos os Líderes, convido todas as deputadas e todos os deputados se fazer presentes ao Plenário para que possamos dar continuação à sessão.

Solicito a assessoria que zere o painel, por favor, para que possamos computar a presença dos Srs. Deputados.

(O painel é zerado para que os Srs. Deputados marquem a presença.)

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Então, pela solicitação, enquanto correm os 15 minutos, com a palavra os deputados Bira Coroa e, depois, João Carlos Bacelar. (Pausa)

Já que V.Ex^as estão trocando, gentilmente, a ordem de inscrição, com a palavra, inicialmente, o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, queria chamar a atenção para uma afirmação do nobre Líder do governo, parlamentar que respeito muito. Sei que é um deputado realmente interessado e ligado às grandes causas do Brasil e da Bahia, mas, sem dúvida nenhuma, tem sofrido demais nessa função de Líder da Situação, porque, sem

nenhuma dúvida, é bastante difícil defender um governo como este e – mais ainda – manter unida uma Bancada tão diferente e desunida, composta pelo PT e pelo PMDB, entre outros partidos.

Dizem que o exemplo mais interessante, do ponto de vista político, dessas convenções foi a desarrumação que o PMDB fez nas bases petistas, desestruturando todos os acordos que o PT fez. Entretanto isso é decorrência da ausência do governador do cenário político e administrativo da Bahia e da competente ocupação desses espaços pelo ministro Geddel Vieira Lima.

Pois bem, o Líder do governo disse que o projeto mais importante que temos hoje aqui é a LDO, porque se refere ao planejamento orçamentário e financeiro do Estado. Realmente essa é uma das funções mais importantes do Legislativo em qualquer lugar, menos na Bahia, tendo em vista que aqui o governador colocou a Secretaria do Planejamento na rifa.

Vejam o absurdo, o governador rifou um órgão eminentemente técnico, fundamental para a estruturação das ações do governo, imprescindível para que haja um norte! Só que não houve comprador dos bilhetes, e assim essa rifa está, como se diz popularmente, “enfonada”. Ninguém quis a tal Secretaria do Planejamento.

Temos hoje um secretário fantasmão – que não é o do pagode – das atividades técnicas da Bahia. Ora, mesmo com um secretário do Planejamento desacreditado, desautorizado, o Líder do governo ainda diz que este projeto de lei que vamos votar hoje é o mais importante!

Na verdade, deveríamos votar hoje o Plano de Cargos dos serventuários da Justiça (Palmas) e não esta peça fictícia feita por um secretário que teve a sua Pasta rifada naquele “raide das moças”. Só na Bahia do governo Wagner uma secretaria importante como a do Planejamento é posta na barganha na bacia das almas. Este é o governo, infelizmente, que está à frente dos destinos do nosso Estado. Só se interessa pela manutenção no Poder, não governa, não tem quadros. Salvo raríssimas exceções, um secretariado incompetente. Cadê o Estádio de Pítuaçu? Era para ser inaugurado em maio, passou, para junho, passou para julho, agora é setembro. Traficantes declaram guerras e caçam PMs. Mais de 20 soldados da PM assassinados! E o governador está programando uma nova viagem para aproveitar a primavera na Europa.

Era isso, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Deputado Bira Coroa, sua questão de ordem, por favor, em 5 minutos.

O Sr. Bira Coroa:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, nessa questão de ordem quero reforçar o pedido de verificação de quórum, convidando todos os deputados a comparecerem ao Plenário. Mas quero, Sr. Presidente, destacar algumas coisas importantes. A primeira é quando aqui é levantado que o Estado da Bahia está perdendo recursos de novos empreendimentos no Estado devido à incapacidade do governo. O que me chama a atenção, nobre presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Perdão, deputado Bira Coroa, é que o deputado João Carlos Bacelar fez a questão de ordem e não havia registrado sua presença no painel. Peço que o faça, por favor.

O Sr. Bira Coroa:- Retomando, Sr. Presidente, o que me chama a atenção é que tentam jogar para debaixo do tapete a sujeira por eles produzida. Eu sou lá da cidade de Camaçari e quero apresentar alguns pontos dentro desse contexto. O primeiro é que eles dizem que algumas empresas estão deixando de se instalar na Bahia, mas não assumem que nesses 30 anos a única via de acesso ao Pólo Petroquímico é a mesma via projetada quando da inauguração daquele complexo petroquímico. E hoje um dos grandes transtornos para o desenvolvimento desse complexo são as vias de acesso. A BR-324 e a BA-093 também não oferecem boas condições de trafegabilidade, comprometendo o acesso ao Pólo. Todas as vias perimetrais não tiveram por eles sequer garantida a manutenção. E agora é cômodo, Sr. Presidente, vir para aqui transferir responsabilidades e até sugerir incapacidade do nosso governo.

E eu questiono: onde estava a grande Secretaria do Planejamento deste Estado que permitiu que a Bahia chegasse ao estado de calamidade nas vias de acesso e em todo o território do nosso Estado, incluindo a via de acesso ao Pólo Petroquímico? Onde estava a grande capacidade de gestão deles que transformou o CIA num cemitério de empresas? Onde está a grande capacidade de gestão que nem sequer foi capaz de prever e planejar e cumprir ações de infra-estrutura básica nos complexos, a exemplo da capacidade de suporte energético, que hoje compromete o Pólo Petroquímico? Ou a infra-estrutura de saneamento, já que o complexo do CIA é responsável pela descarga direto nos cursos d'água, comprometendo os mananciais da região. Entre outras ações, Sr. Presidente, que eu poderia listar e mostrar.

É muito simples jogar a sujeira debaixo do tapete, aliás, é a herança cultural deles, que sempre fizeram de conta que administravam a Bahia, que sempre fizeram de conta que estavam conduzindo com seriedade, com respeito e com compromisso este Estado. Chegaram até a dizer que a Bahia ia muito bem, obrigado. E levaram ao Bahia ao maior índice de analfabetismo do País, levaram a Bahia ao maior índice de desemprego, levaram a Bahia à pior distribuição de renda de todo o País. Então, essa é a gestão a que eles atribuem capacidade, gestão de responsabilidade e de compromisso, e é simples, nobre presidente, quando aqui presenciamos aqueles que sempre defenderam essa estrutura e que simplesmente tentam se camuflar de democratas, de liberais e até de líderes comunitários e ativistas de movimentos populares, mas esquecem que para ser um ativista popular...

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Um aparte.

O Sr. Bira Coroa:- (...)esquecem que para ser a vanguarda de um movimento, é preciso que se tenha militância, tenha nascido nesse processo e, acima de tudo, é preciso coragem para assumir e encarar as dificuldades, ter identidade com todos os movimentos. Vejo que muitos sobem nesta tribuna para se pronunciar, nobre presidente, e simplesmente cai a farsa, porque sequer sabem por onde começar, porque não têm origem, não têm identidade, não têm relação com os movimentos.

Não tenho nenhuma preocupação em estar acompanhando os movimentos, externando e defendendo aqui as nossas posições, porque sou oriundo desses movimentos e é para lá que vou voltar, quando sair desta cadeira, porque aqui estou representando, acima de tudo, os movimentos populares e os setores organizados da sociedade, diferentemente, nobre presidente, de muitos que acham que fazer discurso para estimular situações ou para tentar extrair aplausos é estar fazendo política, mas não é, fazer política, nobre deputado, é ter o compromisso de apresentar projetos e propostas, ter defendido os interesses da sociedade e ter na sua vida, no contexto de sua história esse vínculo de compromisso e de respeito.

É diferente, sei que muitos aqui jamais conseguirão, porque não vêm dessa origem e não têm identidade com ela, e esse processo é espontâneo e momentâneo, mas falta ainda, nobre presidente, identificar que é esse governo Jaques Wagner que tem trazido para esta Casa um novo momento, porque estamos aqui, ao longo de um ano e meio, debatendo as questões da sociedade, recebendo com respeito e dignidade todos os movimentos, o que não acontecia, pelo menos, há dois anos, porque nesta Casa muitas vezes fui recebido pela polícia, muitas vezes neste Centro Administrativo fui impedido de entrar como líder sindical, trazendo o movimento das minhas categorias e isso não mais acontece.

Nesta Casa, muitas vezes os movimentos sequer foram recebidos. Essa é a grande diferença que um governo popular e de transformação traz: a conquista de todos os movimentos.

Quero mais uma vez reafirmar o compromisso que temos com a luta dos serventuários, com a instalação dos planos de cargos e salários do servidor público, para excluir de vez o abuso que eles implementaram em nossa categoria, digo nossa porque sou servidor público deste Estado; nas nossas categorias, quando nos tirou os direitos constitucionais e colocaram penduricalhos para a complementação de salários, mas que no fundo era um instrumento para manter o servidor de boca calada, fazendo omissão dos interesses e do processo de luta.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Muito obrigado, deputado.

O Sr. Bira Coroa:- E quero parabenizar, mais uma vez, os serventuários da Justiça por estarem aqui defendendo seus interesses, e com certeza teremos um acesso diferenciado, porque o governo Jaques Wagner tem um compromisso diferenciado dos governos passados para com este Estado e para com a sociedade civil organizada. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Javier Alfaya):- Já foram concedidas duas questões de ordem para a Bancada da Minoria, concedida uma questão de ordem para a Bancada da Maioria, temos oito presenças apenas em Plenário, está encerrada a sessão e convocada a próxima para daqui a dois minutos de acordo com acordo feito pelo Líder da Minoria e o Líder da Maioria, assim como o Líder da Bancada Independente, está encerrada a sessão.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br> Acesse ao caminho Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias e leia-as na íntegra.